



Conscientização Tributária

Cidadania e Educação Fiscal



Bloco 1



*Antes de falar
de tributos...*

Que Estado queremos: mero arrecadador ou garantidor de direitos?

Há democracia forte sem consciência tributária?

Se tributos viabilizam vida social, por que a cidadania fiscal não faz parte da formação educacional?



**Do que
vamos
falar...**

Estado e Sociedade

Sistema Tributário

Justiça Fiscal

Carga Tributária & Influências

- Inflação
- Dívida Pública
- Renúncia Fiscal
- Planejamento Tributário
- Corrupção (setor público e privado)

Assistência Social

Participação cidadã e controle social

- Orçamento público
- Gasto público
- Controle e transparéncia

Educação e Cidadania Fiscal

Aplicação dos tributos na Educação

A photograph of two women in an office environment. One woman, with dark hair pulled back, is in the foreground on the left, looking towards the right. The other woman, with short brown hair, is in the center-right, looking up and to the right while writing on a whiteboard with a blue marker. The whiteboard has a large yellow circle containing the text "Bloco 2".

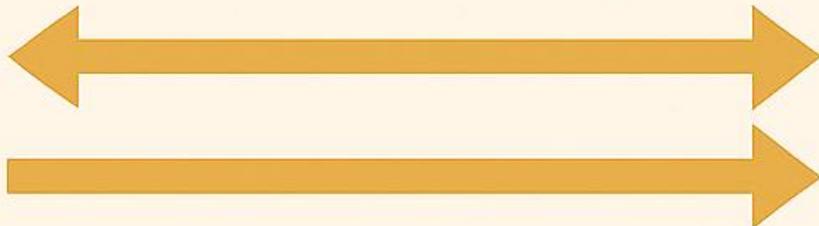
Bloco 2



O ESTADO



CONSTITUIÇÃO



A SOCIEDADE

Estado e Sociedade



“Nenhum homem é uma ilha”

John Donne, 1572/1631



Estado
institucionaliza a
sociedade

Traduz-se em pacto
social onde os
indivíduos trocam
parte de sua
liberdade natural
por liberdade civil.

É a base dos
vínculos de
solidariedade,
direitos e deveres,
do pertencimento a
uma nação.

O Estado
materializa a
organização
coletiva, tendo sua
expressão máxima
na Constituição,
que define seus
objetivos e
estrutura.



Bem-Estar Social
Estado provê
Mercado complementa

Mínimo
Mercado provê
Estado atua residual

Institucional

Residual

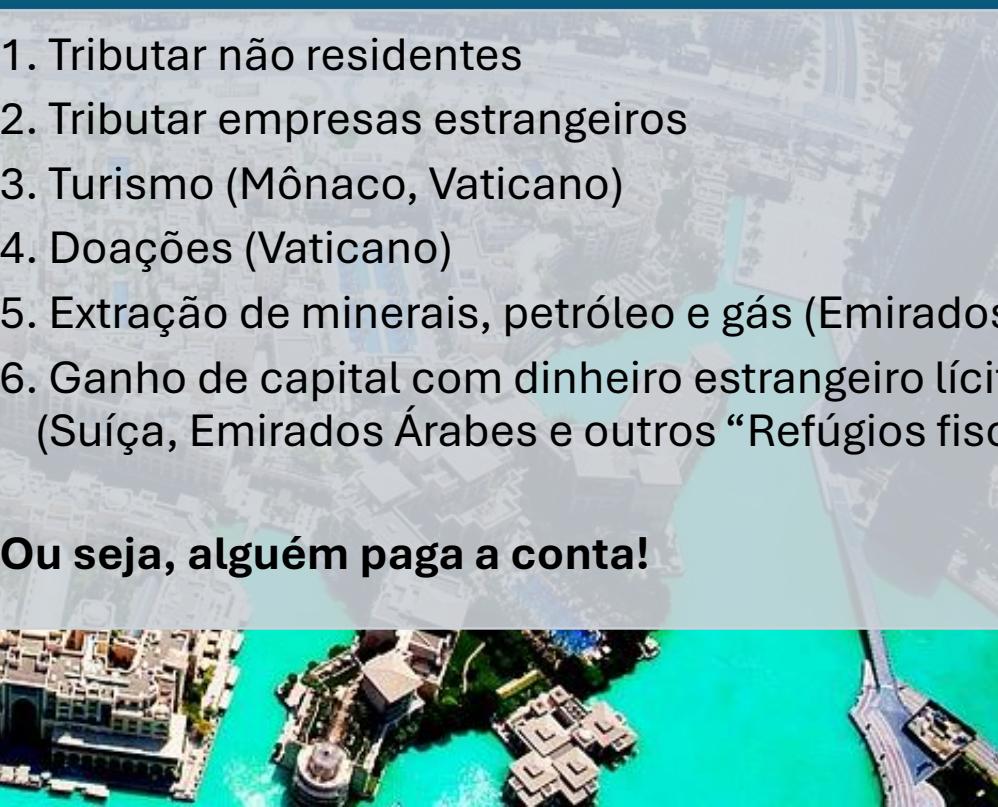


Tem países sem ou quase sem tributos! Como eles se financiam?



1. Tributar não residentes
2. Tributar empresas estrangeiros
3. Turismo (Mônaco, Vaticano)
4. Doações (Vaticano)
5. Extração de minerais, petróleo e gás (Emirados Árabes)
6. Ganho de capital com dinheiro estrangeiro lícito e ilícito (Suíça, Emirados Árabes e outros “Refúgios fiscais”)

Ou seja, alguém paga a conta!



Constituição cidadã

- Estado Social, foco em justiça social, solidariedade e universalização do acesso a direitos

Sistema Fiscal

- Instrumento permitido pela democracia para garantir direitos

Arrecadação

- Meio para financiar bens e serviços públicos

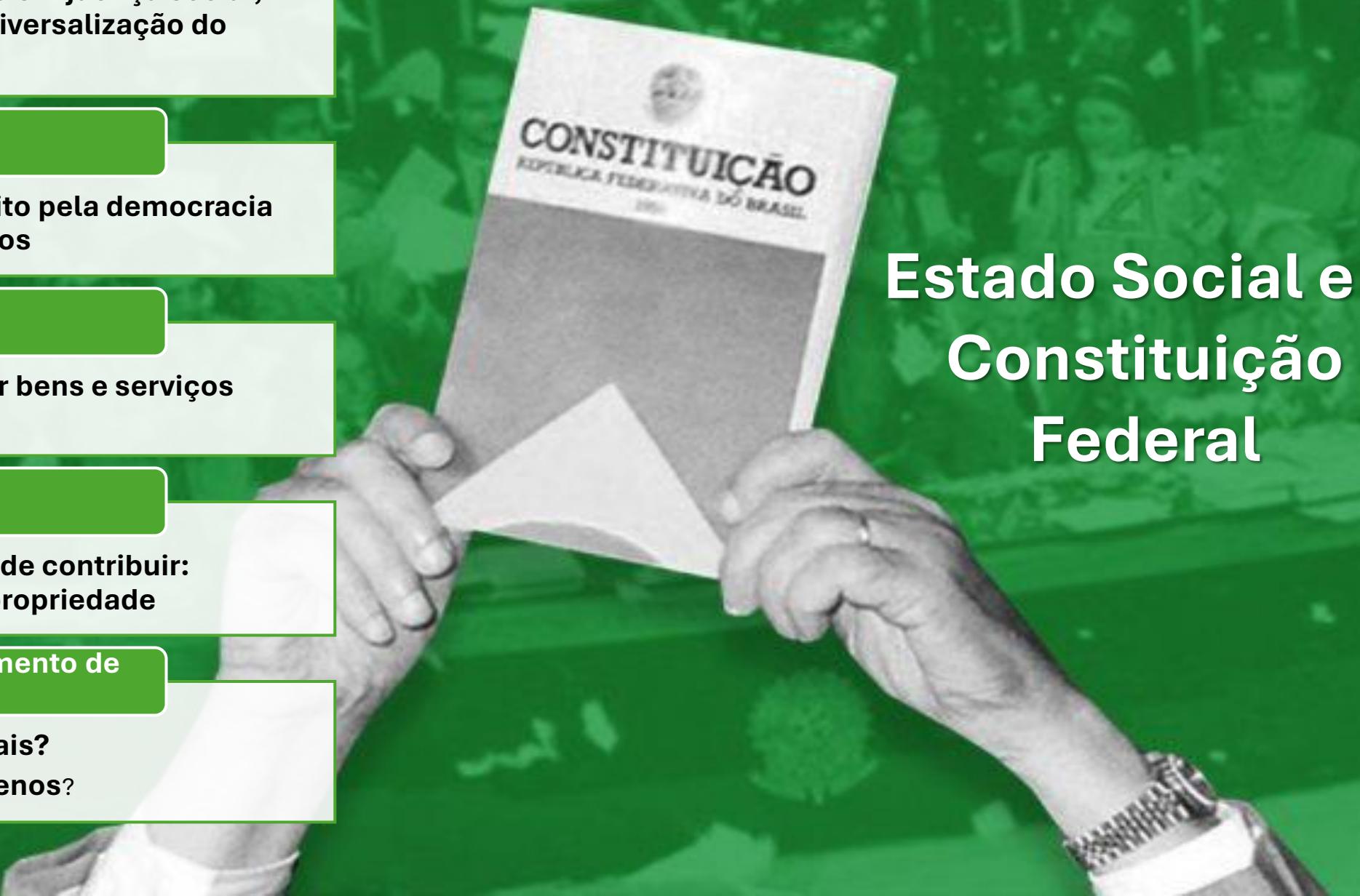
Sistema Tributário

- Diferentes formas de contribuir: renda, consumo, propriedade

Justiça Fiscal. Pagamento de tributos

- Quem contribui mais?
- Quem contribui menos?

Estado Social e a Constituição Federal



Funções do Estado



ADMINISTRAÇÃO
INTERNA

PROTEGER
TERRITÓRIOS E
FRONTEIRAS

FAZER LEIS
NECESSÁRIAS
PARA A VIDA EM
SOCIEDADE

GARANTIR A
ORDEM SOCIAL
INTERNA

SOLUCIONAR
CONFLITOS
JURÍDICOS E
APLICAR AS LEIS

REALIZAR
POLÍTICAS
PÚBLICAS QUE
PROMOVAM O
BEM DA
SOCIEDADE

PERMITIR O
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO DO PAÍS
E DA SOCIEDADE

ESTABELECER
RELAÇÕES
INTERNACIONAIS
COM OUTROS
ESTADOS



ESTADO. Fornece serviços e realiza investimentos coletivos pagos com os tributos



SOCIEDADE. Contribui com sua cota de tributos para financiar os serviços e investimentos coletivos

Contrato Social entre o Estado e a Sociedade

Dia livre sem imposto...

Para quem?

Dia livre Sem Serviços
Públicos também?

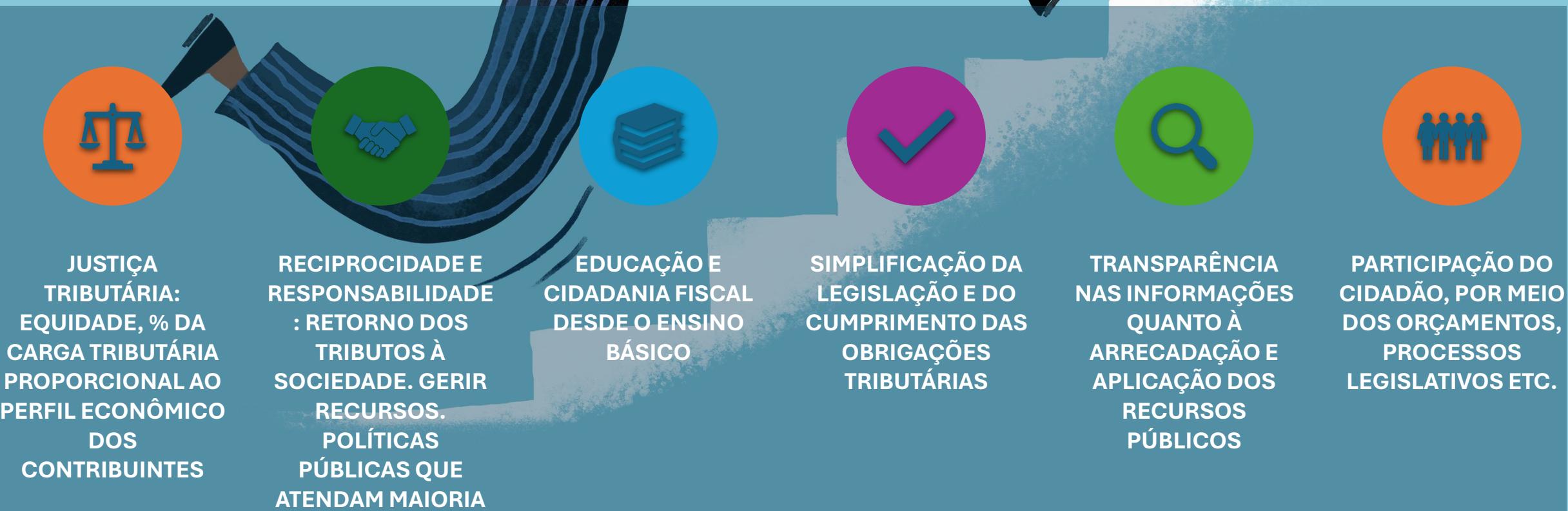
Quem paga o tributo no
consumo?

Diminuir ou zerar tributos
no consumo é a solução?





Condições para o acordo funcionar...





Bloco 3

SISTEMA TRIBUTÁRIO



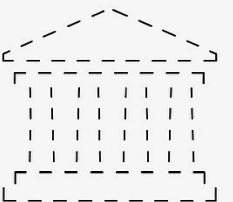
É público mas NÃO É gratuito! Para que um SISTEMA Tributário?



O financiamento dos serviços públicos é feito pelo sistema tributário, que distribui a responsabilidade fiscal entre os cidadãos com base em diferentes bases econômicas, como renda, consumo e patrimônio



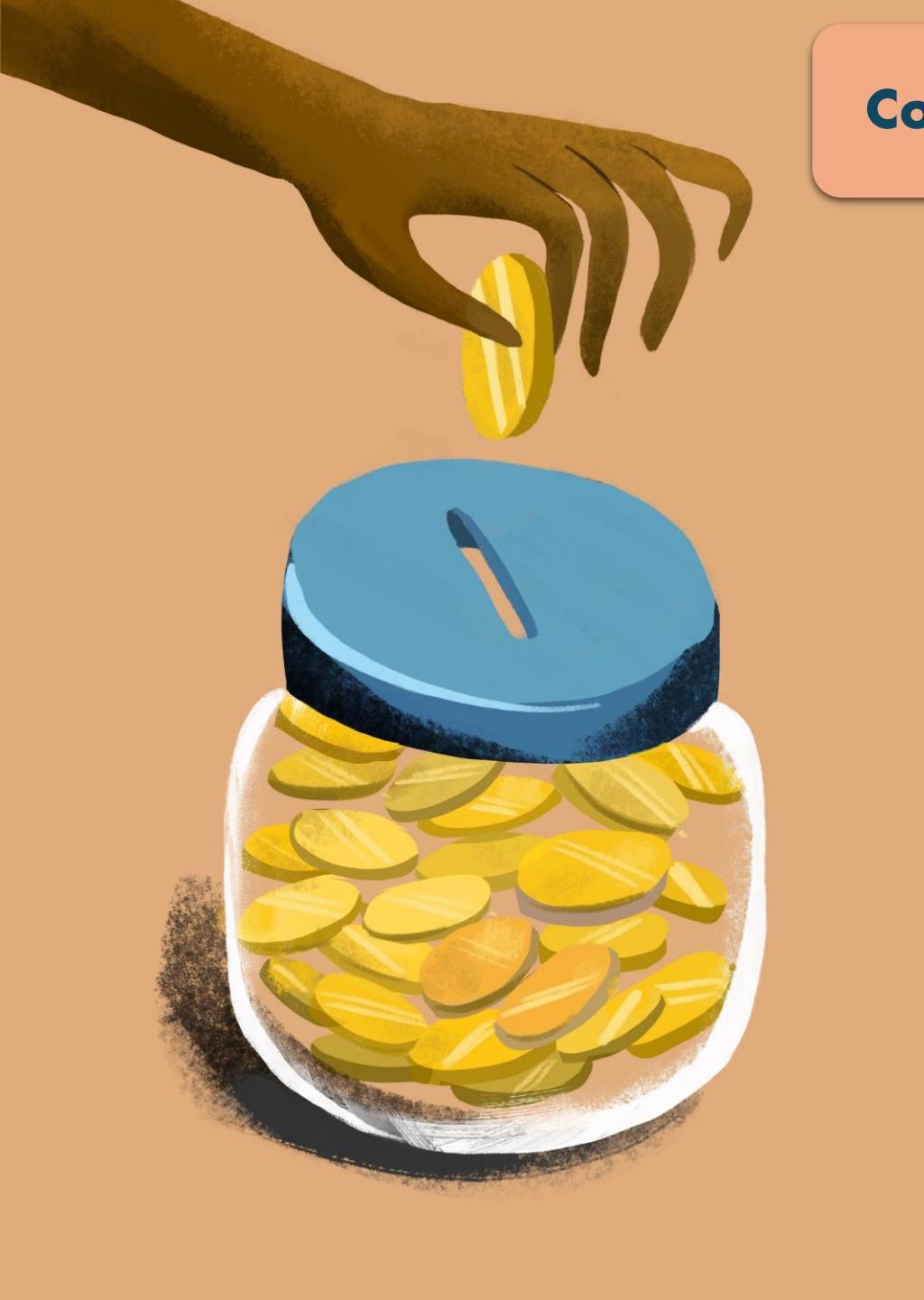
Serviços públicos não são gratuitos:
são pagos por tributos



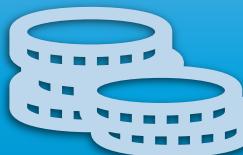
Muitos serviços são invísiveis
como justiça, saneamento
e defesa civil

- Percepção equivocada: leva a um descuido com o patrimônio público
- Mais estado ou menos estado? O que teria sido da sociedade sem estado na pandemia?
- O que teria sido do RS sem estado durante o período de enchentes?





Como financiar serviços e investimentos coletivos?



Emissão de moeda

- Gera lucro do governo com a emissão de moeda (Senhoríagem)
- SE não HOUVER crescimento na produção de bens e serviços, levando à desvalorização da moeda e à alta dos preços (Inflação)



Emissão de títulos

- Aumenta a dívida pública que é CRÉDITO DE TERCEIROS junto ao país
- A emissão de títulos é um compromisso financeiro para pagamento futuro sobre o qual o país paga JUROS
- Quanto maior os juros, mais cara a dívida, mais os credores ganham



Receitas Empresariais do Estado

- Lucros das estatais e das empresas públicas
- Ficaram menos relevantes após as privatizações



Receitas Tributárias

- Contribuição das pessoas físicas, empresas e governo enquanto empregador ou empresário
- Principal e mais sustentável fonte de RECEITAS
- 32,32% do PIB (<https://www.gov.br/fazenda/2025>)

Tributo

Imposto pelo Estado



Infraestrutura



Estado



Serviços
públicos



Sociedade

Promover o bem-estar
social e econômico

**Os recursos públicos
vêm da arrecadação tributária**

Dinheiro de todos

- Contribuição à vida coletiva no Estado

Decisão legislativa

- Escolha do povo no **LEGISLATIVO**

Obrigatórios

- Todos devem fazer sua parte

Fim coletivo

- Visa ao **bem-comum** e não a indivíduos

Investimentos públicos

- Usados pelos representantes do povo, em regra pelo poder executivo, para financiar serviços e investimentos coletivos

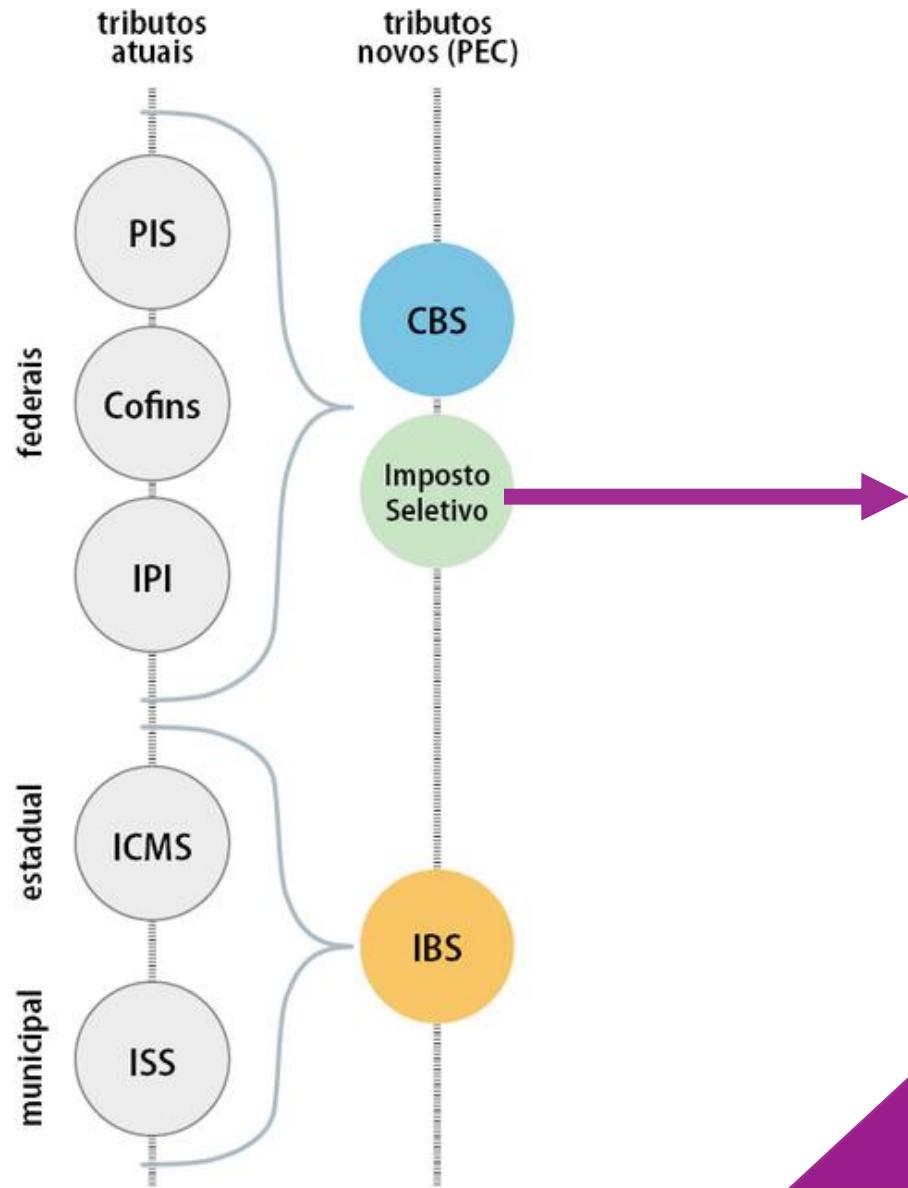
Sistema Tributário. Tipos de tributos e como pagamos...



Sistema Tributário. Tributos: classificações...

Vinculação a uma finalidade	Repercussão s/ o contribuinte	Competência p/ criar e cobrar	Capacidade Contributiva	Fato Gerador	Função Econômica
<ul style="list-style-type: none">Vinculados<ul style="list-style-type: none">Com finalidadeTaxas e contribuição de melhoriaNão vinculados<ul style="list-style-type: none">Sem finalidade definidaImpostos	<ul style="list-style-type: none">Diretos<ul style="list-style-type: none">A pessoa que paga é definidaIRPF, IPTU, IPVAIndiretos<ul style="list-style-type: none">A pessoa que paga não é definida de forma diretaICMS, IPI, II	<ul style="list-style-type: none">Comum<ul style="list-style-type: none">U, E, DF e MTaxasPrivativa<ul style="list-style-type: none">Unidade Federativa determinadaIR, IPTU, ITBIResidual<ul style="list-style-type: none">Da União: criar tributos não atribuídos a E, DF e M	<ul style="list-style-type: none">Progressivos<ul style="list-style-type: none">Quem ganha mais paga mais e quem ganha menos paga menosRegressivos<ul style="list-style-type: none">Quem ganha menos paga mais e quem ganha mais paga menosProporcionais<ul style="list-style-type: none">Todos pagam igual, independentemente da renda/ganho	<ul style="list-style-type: none">Renda<ul style="list-style-type: none">IRPF, IRPJPatrimônio<ul style="list-style-type: none">ITR, IPTU, IPVAConsumo<ul style="list-style-type: none">ICMS, ISS, II	<ul style="list-style-type: none">Fiscal<ul style="list-style-type: none">ArrecadaçãoExtrafiscal<ul style="list-style-type: none">Estimular ou não uma atividade

Quais tributos
deixarão de existir?



Tipos de tributos DO CONSUMO antes e após REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO

Imposto Seletivo

Será apurado mensalmente e incidirá uma única vez sobre produtos **prejudiciais à saúde e ao meio ambiente**:



QUEM CRIA E APLICA OS TRIBUTOS?

1. PÔVO VOTA

Escolhe vereadores, deputado, senadores (legisladores) para que eles façam e mudem as leis que criam os tributos

2. LEGISLADORES SÃO ELEITOS

Criam e mudam as leis

RESUMO

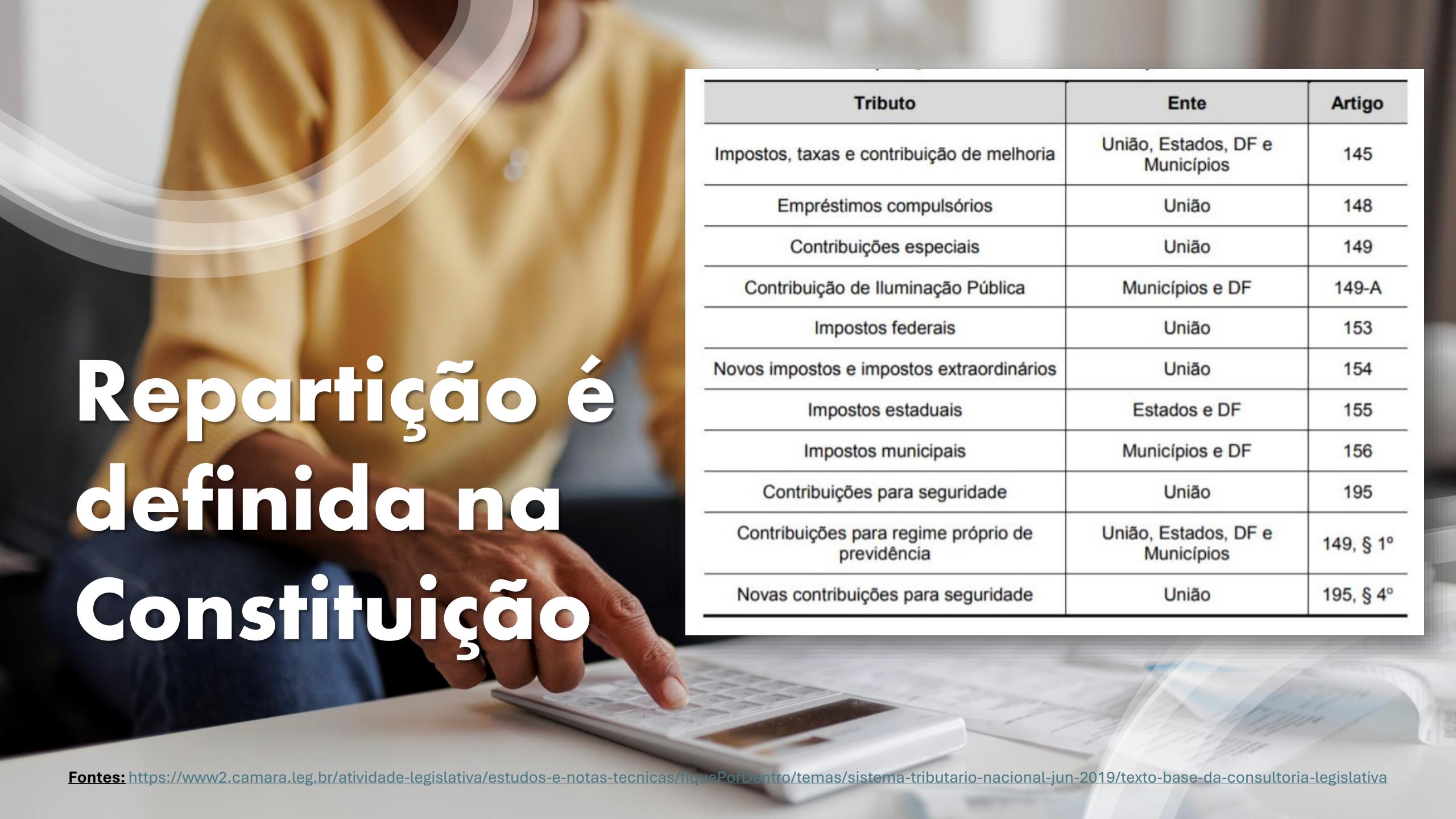
3. ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO COBRA

A Receita (Federal, Estadual, Municipal e Distrital) cobra e, por meio de instrumento de pagamento (DARF na União) arrecada aos cofres públicos (via bancos), os tributos pagos pela sociedade

4. PREFEITOS, GOVERNADORES E PRESIDENTE ELEITOS E GESTORES DE RECURSOS PÚBLICOS

Aplicam os tributos arrecadados da sociedade

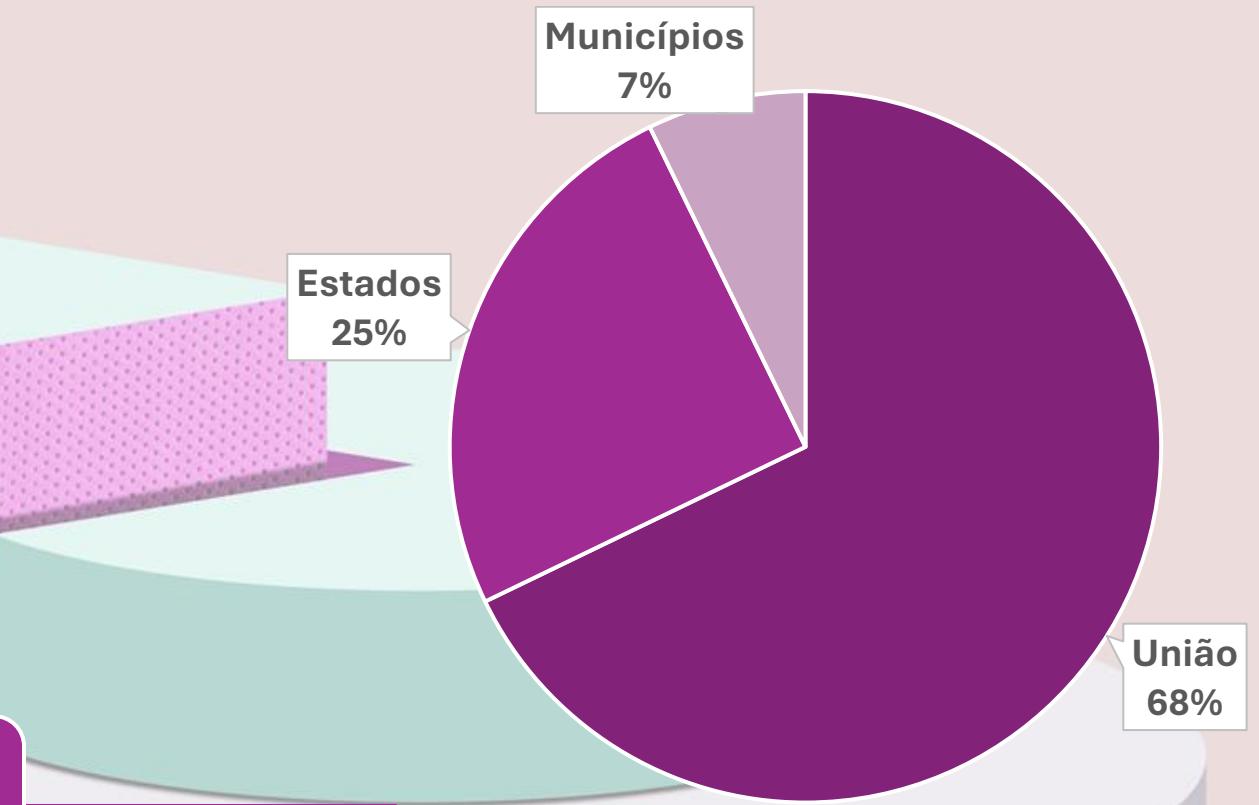




Repartição é definida na Constituição

Tributo	Ente	Artigo
Impostos, taxas e contribuição de melhoria	União, Estados, DF e Municípios	145
Empréstimos compulsórios	União	148
Contribuições especiais	União	149
Contribuição de Iluminação Pública	Municípios e DF	149-A
Impostos federais	União	153
Novos impostos e impostos extraordinários	União	154
Impostos estaduais	Estados e DF	155
Impostos municipais	Municípios e DF	156
Contribuições para segurança	União	195
Contribuições para regime próprio de previdência	União, Estados, DF e Municípios	149, § 1º
Novas contribuições para segurança	União	195, § 4º

Divisão federativa das Receitas Tributárias. Justiça Fiscal...



Definição pela Constituição e visa:

- Reduzir desigualdades regionais
- Garantir autonomia financeira dos entes federados
- Permitir a oferta de serviços públicos em todo país

Fonte: Carga Tributária. Receita Federal
(Dados até 2023). Pesquisa em set 2025

Divisão federativa das Receitas Tributárias. Justiça Fiscal...

IR FONTE e o IOF OURO, 100% ficam com estados e municípios. ITR pode ficar 100% com municípios

Programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Ficam com estados e municípios:

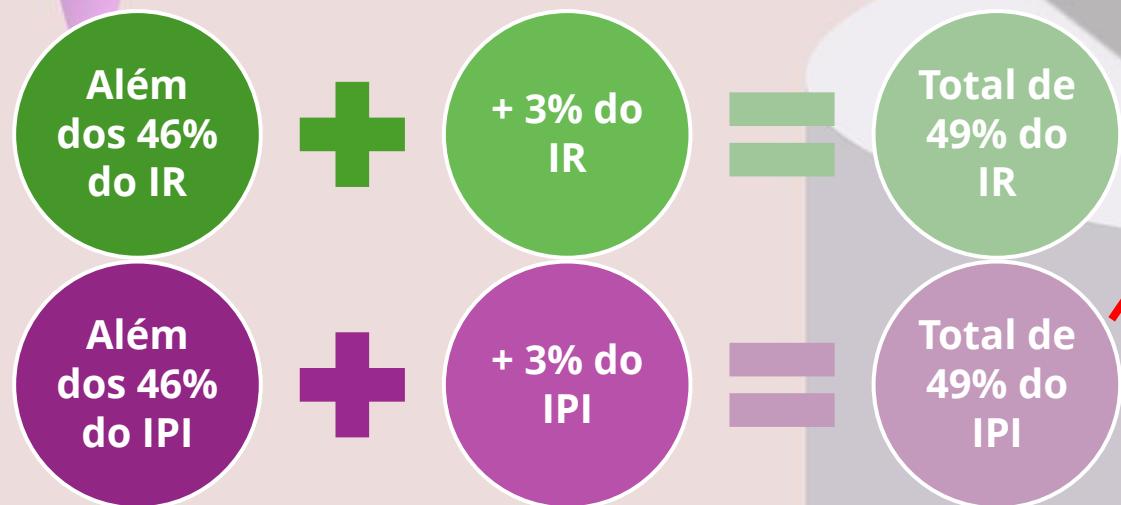
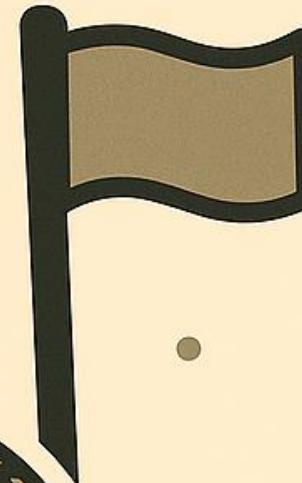


Tabela 3 – Repartição Constitucional do Produto da Arrecadação Tributária

Tributo \ Ente	União ↓ Estados e DF	União ↓ Municípios	Estados ↓ Municípios
IR	21,5%	24,5%	-
IR-fonte	100%	100%	-
IPI	21,5%	24,5%	-
IPI-exportação	10%	-	25% (dos 10%)
IOF-ouro	30%	70%	-
ITR	-	50% ou 100% (optante)	-
Novos impostos	20%	-	-
CIDE-Combustíveis	29%	-	25% (dos 29%)
ICMS	-	-	25%
IPVA	-	-	50%

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA



Administrações Tributárias. TRIBUTOS...

Objetivo

Garantir arrecadação, fiscalização e orientação tributária e viabilizar as políticas públicas

União (Federal). RFB

- **Tipos.** Renda, Lucro, Consumo
- **Principais tributos.** IRPF, IPI, II, IOF etc.

Estados e DF. SEFAZ

- **Tipos.** Consumo, patrimônio, herança
- **Principais tributos.** ICMS, ITCMD, IPVA

Municípios e DF. SEFIN

- **Tipos.** Serviços, patrimônio
- **Principais tributos.** ISS, IPTU, ITBI

Administração dos Tributos no Brasil. ARRECADAÇÃO e DISTRIBUIÇÃO...

Federal

Receita Federal. Arrecada os tributos federais e administra a Aduana. **Tesouro Nacional.** Administra tributos conforme orçamento

Pagamento dos tributos é feito via bancos, usando o “boleto” próprio conforme a administração tributária .
EXEMPLOS:

Estados e DF

Secretarias de Fazenda Estaduais. Arrecada e administra tributos estaduais conforme orçamento

DARF .
Documento de Arrecadação de Receitas

DAS. Documento de Arrecadação do Simples Nacional

Municípios

Secretarias de Fazenda Municipais. Arrecada e administra tributos municipais conforme orçamento

DAE. Documento de Arrecadação Estadual

DAM. Documento de Arrecadação Municipal



Defender a
indústria e o
comércio
nacionais

Visa a
segurança da
sociedade

Protege a
saúde e o meio-
ambiente

Evita a
concorrência
desleal

Combate
crimes (tráfico,
corrupção da
sonegação etc.)



**RECEITA
FEDERAL
ADUANA-CUSTOMS**

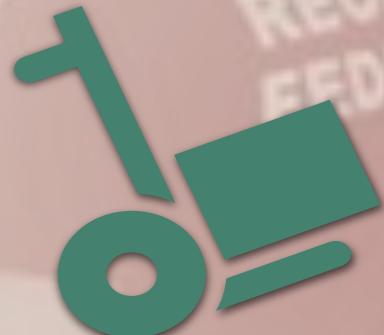
Mercadorias apreendidas. Administração...

Aduana



Apreende, cobra tributos e define pena de perdimento

Logística



Guarda até a destinação por incorporação, leilão, doação, transformação, destruição

Autoridade local



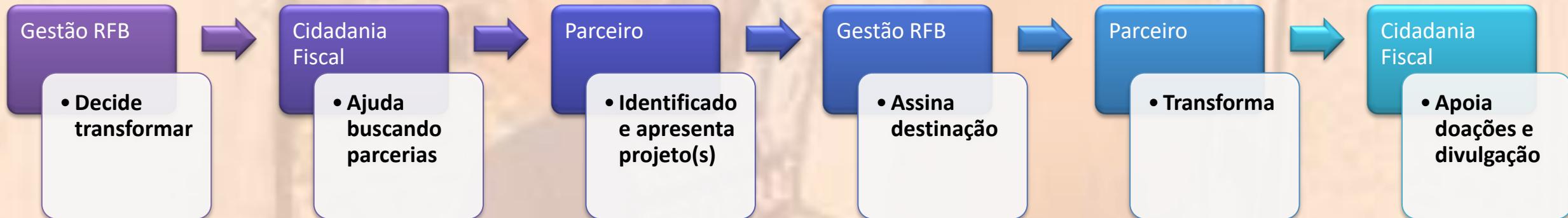
Responsável por parcerias para transformar ou doar as mercadorias com pena de perdimento

Cidadania Fiscal



Apoia as doações e transformações, identificando oportunidades, sinalizando ações incentivadas pela RFB e divulgando ações

Mercadorias apreendidas. Administração por transformação...



TV BOX

- Mini computador
- Identificador biométrico



Cigarros eletrônicos

- Bateria
- Luminária Led
- Desodorizador



Bebidas e perfumes

- Álcool 70
- Álcool em gel
- Geleia (vinho)



Cigarros e Tabacos

- Adubo
- Inseticida,
- Construção civil
- Energia



Vestuários e calçados

- Reuso

Mercadorias apreendidas. Administração por transformação...

OPORTUNIDADE DE FUTURO DIFERENTE - 26/09/2025, 10:00 - BRUNO DIAS - ATUALIZADO EM 26/09/2025, 10:12

Presos transformam roupas em doações às famílias soteropolitanas

Entre arrependimentos e saudades, internos costuram caminho de volta à sociedade



Secretaria de Administração Penitenciária da Bahia

Materiais de vestuário são descaracterizados pelos presos | Foto: José Simões/Ag A TARDE



seap.pernambuco • Seguir



seap.pernambuco • Editado • 5 d
A SEAP, por meio do Presídio de Itaquitinga 1 (PIT 1), recebeu, nesta sexta-feira (03.10), a visita da equipe da Receita Federal, órgão com quem a secretaria firmou neste ano um Acordo de Cooperação Técnica (ACT).

O ACT prevê a doação à SEAP de produtos falsificados apreendidos pela Receita para serem descaracterizados com a mão de obra dos internos do sistema prisional e, posteriormente, doados a instituições.

A visita teve como objetivo conhecer o espaço utilizado e o trabalho dos internos na descaracterização de calçados e mochilas. Cerca de 1.500 peças já passaram por reforma e estão prontas para doação, programada para



507 curtidas

há 5 dias

limitados.

Mercadorias apreendidas. Administração por transformação...

CIDADANIA FISCAL

Receita Federal e município de Poços de Caldas descaracterizam 7 mil peças de vestuário para doação

As roupas serão doadas para a população vulnerável.

Publicado em 27/02/2025 10h52

Compartilhe:



Receita Federal realiza doações de peças às vítimas de inundações de Guaíba e Santa Maria

Foi firmado parceria com IFSUL para descaracterização de roupas e calçados falsificados

13/05/2024

Comunicação da Receita Federal - Foto: Divulgação



https://www.portaldecamaqua.com.br/noticias/81215/receita-federal-realiza-doacoes-de-pecas-as-vitimas-de-inundacoes-de-guaiba-e-santa-maria.html#google_vignette e
<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/noticias/2025/fevereiro/receita-federal-e-municipio-de-pocos-de-caldas-descaracterizam-7-mil-pecas-de-vestuario-para-doacao>



Bloco 4



Função dos tributos. Justiça Fiscal...

REDISTRIBUTIVA

Políticas públicas a quem mais precisa

Redução de desigualdades sociais

ALOCATIVA

Ofertar bens e serviços que a iniciativa privada

EXTRAFISCAL

Regula a economia e a sociedade

PARAFISCAL

Estimular uma atividade



Não oferece

Ou não o faz de forma universal

Ou não pode ofertar

Estímulo a comportamentos desejados

Desestímulo a práticas nocivas

Realizada por órgão diferente daquele que arrecada

Assistência Social

Saúde, Educação

Serviço Militar, Polícia

Inovação, reflorestar, pesquisar

Fumo, bebidas alcoólicas

Sistema S: SESI, SENAI, SENAR, SEBRAE e SENAC

IGUALDADE



EQUIDADE



© 2017 Robert Wood Johnson Foundation.
May be reproduced with attribution.

Princípios do Direito Tributário = justiça fiscal, proteção ao contribuinte, transparência tributária, cidadania e a democracia

Capacidade
Contributiva

Legalidade

Igualdade /
Isonomia

Irretroatividade

Anterioridade

Vedação ao
Confisco

Transparência
Tributária

Tributos e Justiça Fiscal...



Tributos sobre PATRIMÔNIO

- Pouco utilizados no Brasil
- Afetam a percepção de justiça fiscal
- Baixa arrecadação favorece concentração de riqueza
- Fiscalizar e atualizar cadastros imobiliários são fundamentais para garantir justa fiscal



Tributos e Justiça Fiscal...



Tributos sobre RENDA

- Devem ser progressivos e universais e respeitar a capacidade contributiva
- % máxima do IRPF no Brasil é 27,5%, menor que a média OCDE
- IRPJ permite regimes simplificados que, se mal aplicados, podem reduzir a tributação de grandes rendas



Tributos e Justiça Fiscal...



Tributos sobre CONSUMO

- Incide sobre alimentos, combustíveis, serviços, energia etc.
- Representa quase 50% da carga tributária brasileira
- Impacto maior os mais pobres, quando têm incidência REGRESSIVA
- A emissão da nota ou cupom fiscal garante que os tributos pagos cheguem aos cofres públicos

Tributos e Justiça Fiscal...

Vantagens do CPF na nota:

- Garante que o tributo pago chegue aos cofres públicos;
- Instrumento necessário para garantir a compra em caso de troca, assistência técnica, prova da propriedade;
- Pode-se ganhar prêmios em programas de incentivo estudais ou municipais, a exemplo de:
 - Redução de IPVA
 - Prêmios em dinheiro
 - Ajudas extras para projetos sociais

Desvantagens do CPF a nota:

- Zero

Tributos e Justiça Fiscal...



Indústria produz

Paga os tributos e inclui o valor pago na venda dos produtos



Comércio vende

Paga os tributos e inclui o valor pago na venda dos produtos



Consumidor compra

Paga o produto com TODOS OS TRIBUTOS incluídos. Se pede a Nota Fiscal, obriga a empresa a recolher aos cofres públicos o tributo pago pelo consumidor

Tributos e Justiça Fiscal...

CARGA TRIBUTÁRIA do Brasil é QUASE IGUAL à dos países mais ricos (OCDE)

Brasil tributa MENOS renda, lucros e ganhos de capital (FINANCIERO). Onera MENOS os MAIS RICOS

Brasil tributa MAIS bens e serviços (CONSUMO). Onera mais os MAIS POBRES

Evolução da Carga Tributária (% do PIB) - Brasil e Média OCDE

	Carga Tributária Total		Renda, Lucros e Ganhos de Capital		Folha de Salários		Propriedade		Bens e Serviços		Outros	
	2013	2022	2013	2022	2013	2022	2013	2022	2013	2022	2013	2022
Brasil	32,5	33,0	6,8	9,1	8,9	8,5	1,3	1,6	15,0	13,3	0,6	0,6
Média OCDE ⁽¹⁾	33,4	34,2	11,1	12,1	9,4	9,3	1,8	1,8	10,9	10,6	0,2	0,2

Fonte: OECD Revenue Statistics. <https://stats.oecd.org>

(1) Média de 36 países da OCDE em 2013 e 38 países em 2022

Tributos e Justiça Fiscal. Brasil x A. Latina e Caribe...

Brasil. Carga Tributária Maior

A. Latina e Caribe:

- **Maior Informalidade.** 50%, variando de 30% a 80% entre países (IPEA, 2023. OIT, 2025). No Brasil é 39% (IBGE, 2024)
- **4,4% do PIB retorna** em investimento social. No **Brasil o retorno é de 12,4%**
- Pobreza cai na A. Latina, e 80% graças ao Brasil (CEPAL, 2024)
- Brasil tem a maior redução da pobreza extrema na A. Latina, acelerada com transferências de tributos aos mais pobres por meio de programas como o Bolsa Família (CEPAL, 2024)

Tabela 08

Carga Tributária Total (% do PIB) 2013 a 2022 - Brasil e Países da América Latina e Caribe

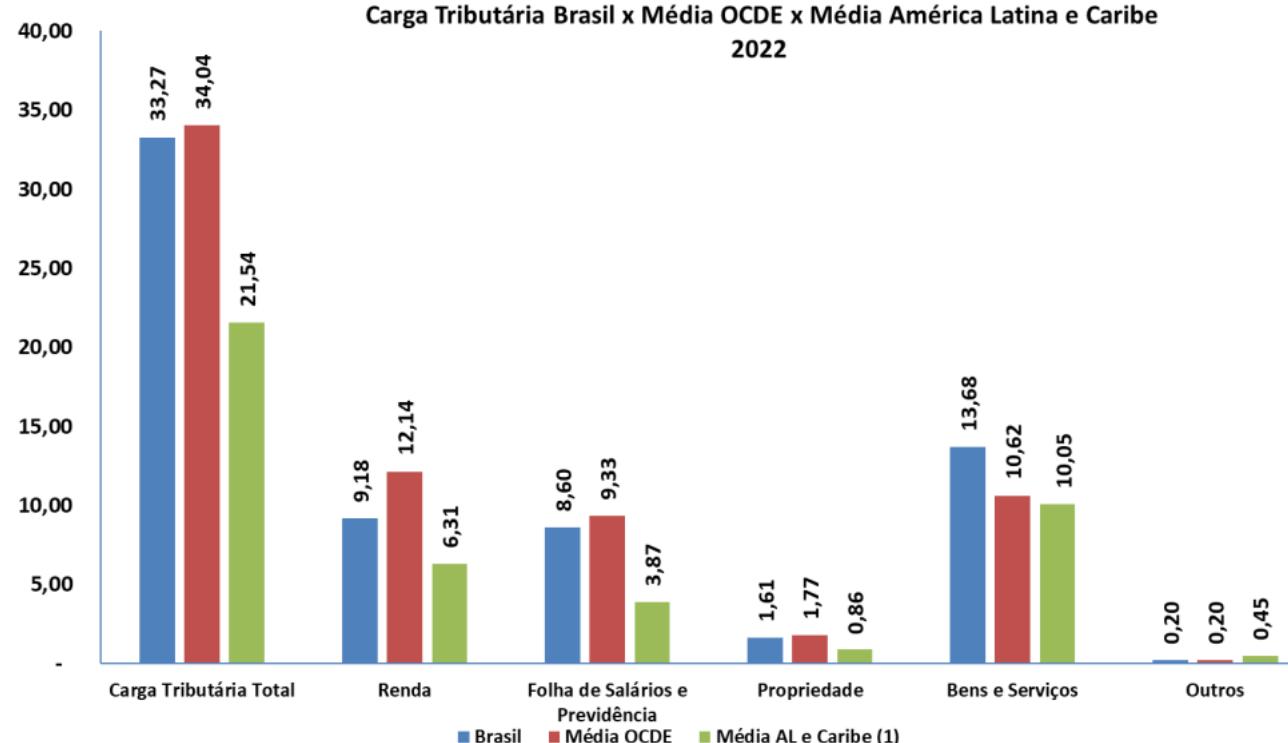
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Variação 2013 a 2022 (p.p.)
Brasil ²	32,5	31,8	32,1	32,2	32,3	32,6	32,5	30,9	32,5	33,0	0,5
Média AL e Caribe ¹	21,7	21,9	22,3	22,4	22,3	22,7	22,9	21,9	21,7	21,5	-0,2

(1) Média AL e Caribe: Dado extraído em novembro de 2024, de OECD.Stat

(2) Brasil: dados apurados pela Receita Federal do Brasil

Gráfico 08

Carga Tributária Brasil x Média OCDE x Média América Latina e Caribe 2022



Tributos e Justiça Fiscal...

RENDAS

CONSUMO

PROPRIEDADE

PREVIDÊNCIA

Brasil tributa mais o CONSUMO
(onera os MAIS POBRES) e tributa
menos RENDA E PROPRIEDADE
(onera menos os mais ricos)

Fonte SENADO: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/05/por-que-a-formula-de-cobranca-de-impostos-do-brasil-piora-a-desigualdade-social>

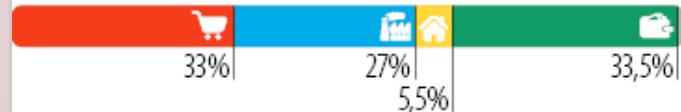
Como se divide a tributação

No Brasil, a tributação mais pesada é no consumo; países desenvolvidos taxam mais o patrimônio e a renda

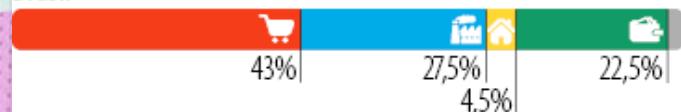
Canadá



Países da OCDE



Brasil



Argentina



tributação sobre consumo

tributos como ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins



tributação sobre folha de pagamento

tributos pagos pelo empregador, como Salário Educação e contribuições trabalhistas e previdenciárias



tributação sobre patrimônio

impostos como IPVA, IPTU e ITR

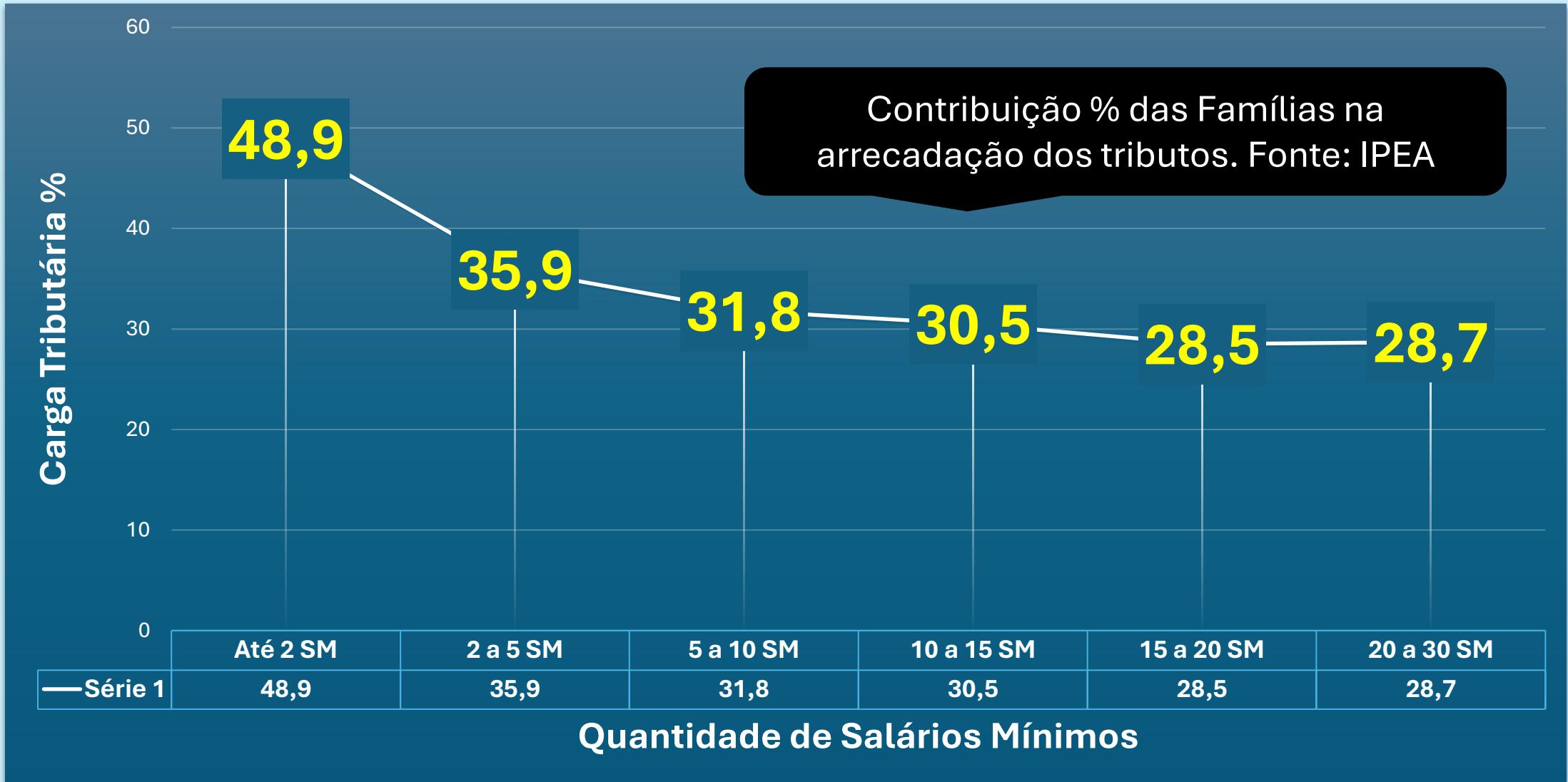


tributação sobre renda

Imposto de Renda

Fontes: OCDE e Receita Federal

Tributos e Justiça Fiscal...



Fontes: IPEA e aula do Curso de “Educação Fiscal e Cidadania - 14ª Edição 2025 – UFRGS”, vídeo em <https://www.youtube.com/watch?v=zW0dMOjssqk&t=2s>

Carga Tributária MAIOR ou MENOR, depende:

Do modelo estado que a sociedade quer: que seja um Estado que invista mais ou menos em bens coletivos (saúde, educação etc.)

Do PIB associado ao tamanho da população, ao perfil da previdência, ao IDH (nível de desenvolvimento humano)



Carga tributária. Dados no site da RFB



Ministério da Fazenda



Entrar com gov.br

Receita Federal

Home > Centrais de Conteúdo > Publicações > Estudos Tributários e Aduaneiros > Carga Tributária

Carga Tributária

Estudo sobre a carga tributária no Brasil.

Publicado em 15/03/2022 12h03 | Atualizado em 03/04/2025 12h19

Compartilhe:

1 2 3 >

Titulo	Tipo	Data de modificação
Carga Tributária no Brasil 2023	Arquivo	10/12/2024 15h11
Tabelas - Carga Tributária no Brasil 2023	Arquivo	10/12/2024 15h25
Carga Tributária no Brasil 2022	Arquivo	21/12/2023 07h50

<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/estudos/carga-tributaria>

Tributo	2019	2020	2021	2022	2023
	R\$ milhões				
Total da Receita Tributária	2.403.946,30	2.352.331,93	2.931.744,59	3.327.670,63	3.513.943,81
Tributos do Governo Federal	1.614.697,64	1.559.032,50	1.942.372,21	2.252.914,54	2.383.802,62
Orçamento Fiscal	609.159,91	590.285,73	796.368,44	957.160,04	998.384,72
Imposto de Renda	457.519,93	448.275,32	585.629,53	752.883,66	796.046,05
Pessoas Físicas	37.699,80	39.700,93	53.788,34	55.059,37	55.377,94
Pessoas Jurídicas	127.130,34	122.679,48	210.058,03	281.264,41	254.086,88
Retido na Fonte	292.689,79	285.894,91	321.783,16	416.559,87	486.581,23
Imposto sobre Produtos Industrializados	52.439,90	55.894,35	70.413,56	58.944,30	58.072,64
Imposto sobre Operações Financeiras	40.945,03	21.949,21	49.023,81	58.989,34	61.716,35
Impostos sobre o Comércio Exterior	42.932,79	45.721,90	62.036,13	59.034,28	58.513,55

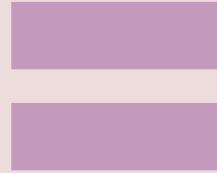
Anualmente publicado pela RFB.
A edição de 2023/2024 traz 40 páginas e um arquivo com 20 planilhas.

Tributos e Justiça Fiscal...

A carga tributária no Brasil é 33,1% do PIB



A carga tributária dos países da OCDE é de 34,3% do PIB desses países (média)



Brasil tem carga tributária menor em 1,3% à OCDE

COMO O PRODUTO INTERNO BRUTO É CALCULADO

O PIB é o resultado, a preços de mercado, da soma de bens e serviços produzidos no país durante o ano.

$$C + I + G + X - M = \text{PIB}$$

Consumo privado:

consumo das famílias para aquisição de bens e serviços como alimentação, vestuário e habitação.

Investimentos: todo capital aplicado em atividade econômica objetivando o lucro futuro.

Gastos do governo:

consumo de bens e serviços promovido pela União.

Volume de exportações:

todos os produtos, bens e serviços produzidos no Brasil e vendidos para o exterior.

Volume de importações:

são os produtos,

bens e serviços produzidos no exterior e comprados pelo Brasil.

Produto Interno Bruto

METODOLOGIA

- São computados desde os aviões a jato produzidos pela Embraer, até o pãozinho feito pela padaria na esquina da sua casa.
- O índice leva em conta apenas os bens e serviços finais, descontando as despesas com os insumos utilizados no processo de produção. No caso do pão, por exemplo, a farinha de trigo não entra na contabilidade.

Arrecadação dos tributos por habitante é baixa,

Assim os \$\$ em serviços públicos são menores em países OCDE

PARA RESOLVER TEM DE:

Aumentar o PIB, o que exige...

...investir em desenvolvimento econômico-social, o que exige...

...investir em educação

ARRECADAÇÃO POR HABITANTE

1	Countries	PIB per capita	PIB	ANO	CTB	Arrecadação Per Capita	Em relação ao Brasil
1	Luxembourg	104.095,00	59.979,00	2016	37,8	39.347,91	13,75
2	Norway	70.553,00	370.557,00	2016	39,1	27.586,22	9,64
3	Denmark	53.254,00	306.143,00	2016	50,9	27.106,29	9,47
4	Iceland	59.629,00	20.047,00	2016	38,7	23.076,42	8,06
5	Sweden	51.125,00	511,00	2016	42,7	21.830,38	7,63
7	Ireland	64.782,00	30.443,00	2016	29,9	19.369,82	6,77
9	Austria	44.233,00	386.587,00	2016	43	19.020,19	6,64
11	France	38.178,00	2.466.472,00	2016	45,2	17.256,46	6,03
13	Germany	42.177,00	3.479.232,00	2016	36,1	15.225,90	5,32
15	Australia	52.291,00	1.261.645,00	2016	27,5	14.380,03	5,02
17	United Kingdom	39.899,39	2.629.188,00	2016	32,6	13.007,20	4,54
19	New Zealand	38.278,00	181.713,00	2016	32,4	12.402,07	4,33
21	Israel	37.192,00	317.748,00	2016	31,1	11.566,71	4,04
24	Cyprus	23.352,00	1.981,00	2016	36,3	8.476,78	2,96
25	Slovenia	21.668,00	44.727,00	2016	36,6	7.930,49	2,77
27	United Arab Emirates	37.622,00	348.743,00	2016	19	7.148,18	2,50
29	Portugal	19.821,00	204.649,00	2016	34,4	6.818,42	2,38
31	Czech Republic	18.508,00	195.328,00	2016	33,5	6.200,18	2,17
33	Hong Kong	43.561,00	320.912,00	2016	13	5.662,93	1,98
35	Slovakia	16.499,00	89.525,00	2016	29,5	4.867,21	1,70
37	Croatia	12.165,00	50.731,00	2016	36,4	4.428,06	1,55
39	Lithuania	14.893,00	42.756,00	2016	29,3	4.363,65	1,52
41	Uruguay	15.221,00	5.242,00	2016	26,9	4.094,45	1,43
43	Latvia	14.063,00	27.689,00	2016	27,8	3.909,51	1,37
47	Russia	8.946,00	1.283.162,00	2016	35,3	3.157,94	1,10
48	Turkey	10.817,00	86.339,00	2016	28,7	3.104,48	1,08
49	Cuba	7.602,00	87.133,00	2015	38,3	2.911,57	1,02
50	Brazil	8.727,00	1.798.622,00	2016	32,8	2.862,46	1,00
51	Taiwan	22.358,00	525.236,00	2015	12,4	2.772,39	0,97
52	Costa Rica	11.836,00	58.109,00	2016	23,1	2.734,12	0,96
53	Chile	13.793,00	247.025,00	2016	19,8	2.731,01	0,95

LUXEMBURGO

• 670 mil/hab.

REINO UNIDO

• 57 milhões/hab.

BRASIL

• 213 milhões/hab.

Tributos e Justiça Fiscal...

Carga Tributária Bruta (CTB)

Total da arrecadação dos tributos X PIB

Carga Tributária Líquida (CTL)

Diminui da CTB a **seguridade social** (aposentadorias, pensões etc.) e os **subsídios às empresas** (isenções, renúncias, crédito c/ juro menor)

Carga Tributária Líquida (-) juros (CTL-j)

Deduza da CTL o **pagamento dos juros** da dívida ao setor privado. **A sobra é para investir em serviços públicos** (saúde, educação, segurança...)

Exemplo IPEA. Dados médios no Brasil:

CTB. 34,7% do PIB. É tudo o que é arrecadado. Maior parte é obtido do consumo dos mais pobres. Ou seja, os **MAIS POBRES pagam mais.**

CTL. 19,3%. É a C.T. Bruta menos subsídios pagos a empresas (isenções, empréstimos com juros menores, renúncia fiscal etc.), previdência e assistência social e afins. **MAIS RICOS recebem parte dos tributos na forma de SUBSÍDIOS (ISENÇÕES, RENÚNCIAS FISCAIS ETC.)**

CTL-j..13,1% do PIB. É o que sobra para investimentos públicos. Juros da dívida é valor pago ao mercado ou setor privado como lucro de empréstimos. **MAIS RICOS recebem parte dos tributos na forma de JUROS DA DÍVIDA.**

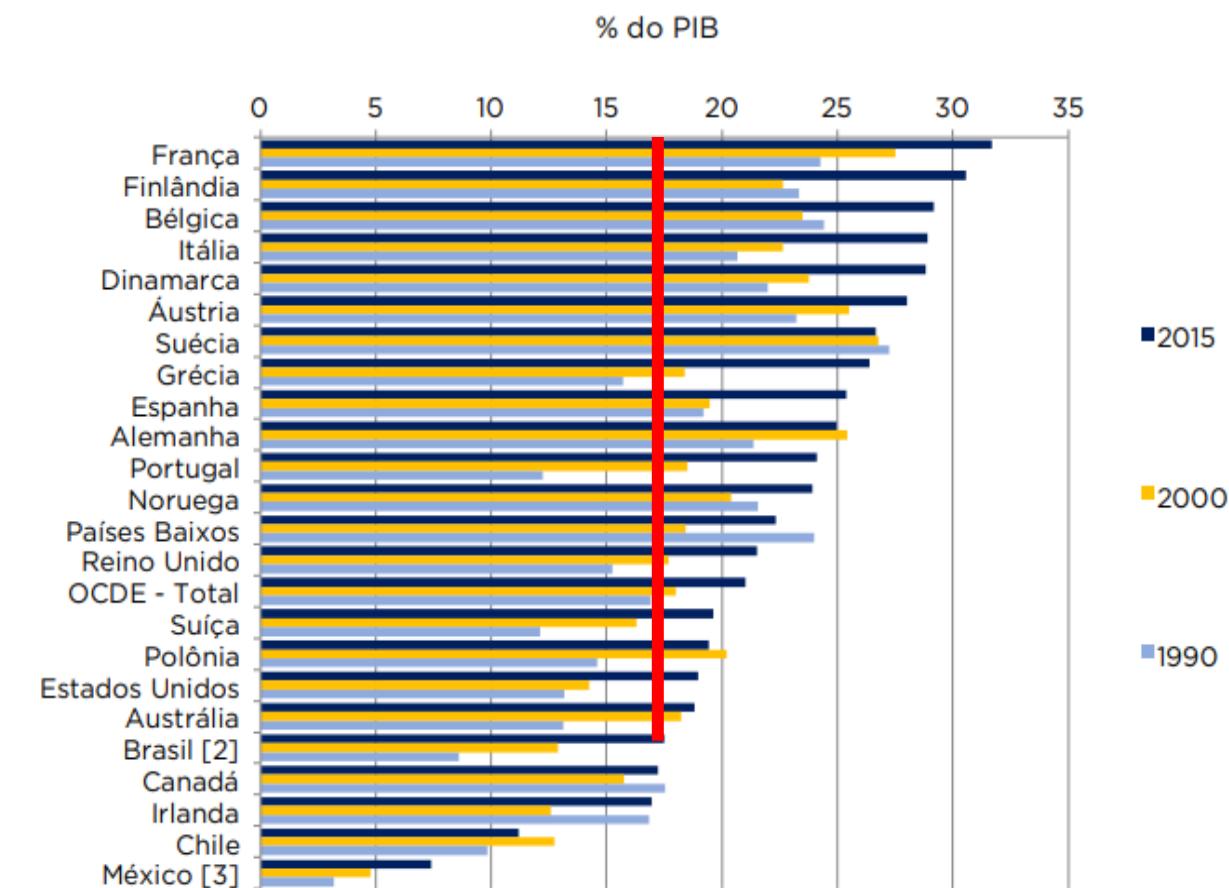
Investimento (gasto) social. Comparação internacional...

FIGURA 22 – GASTO SOCIAL PÚBLICO DIRETO (1)(2)(3)

Em % do PIB

OCDE- PAÍSES SELECIONADOS

1990, 2000 e 2015



Dados OCDE

- Dados de 35 países desde 1980
- Fonte dos dados Brasil: CEPAL e STN (SIAFI/SIDOR)
- Investimentos (gasto) em programas sociais ativos
 - Aposentadorias
 - Pensões
 - Saúde
 - Desemprego
 - Habitação etc.

BRASIL. Gasto no social

- Pouco + 17% PIB
- Média OCDE + 21% PIB

Tributos e Justiça Fiscal...

JUSTIÇA FISCAL, EM RESUMO...

Igualdade de oportunidades?

Com quem investir a arrecadação?

De quem cobrar mais tributos?



Igualdade

Equidade

Desigualdade

Tributação + o patrimônio e renda (alcançando quem ganha mais)

Reducir a REGRESSIVIDADE dos tributos do consumo (beneficia quem ganha menos)

Promover + transparência da arrecadação e aplicação dos tributos

Ampliar conhecimentos dos consumidores finais sobre tributos embutidos nos preços

Combate à evasão (corrupção, fraude de não pagar os tributos) com nota fiscal

Reforçar a administração tributária para que todos cumpram as obrigações

Ampliar a compreensão de que justiça fiscal é cidadania, redução das desigualdades e fortalecimento da democracia



Bloco 5

FATORES QUE INFLUENCIAM A CARGA TRIBUTÁRIA



Fatores que influenciam a carga tributária...

Inflação

Dívida
Pública

Renúncia
Fiscal

Planejamento
Tributário

Corrupção
Pública e
Privada



INFLAÇÃO



A INFLAÇÃO, o aumento geral de preços por múltiplos fatores, **afeta o dia a dia da população e a economia do país.**

Entender inflação é fundamental ao exercício da cidadania

Causas da INFLAÇÃO

- 1. Demanda:** procura maior que oferta
- 2. Custos:** maior custo de produção
- 3. Monetária:** emissão excessiva de moeda
- 4. Importada:** preços internacionais e câmbio
- 5. Estrutural:** persistência de desafios econômicos
- 6. Inercial:** reajustes baseados em inflação passada

Se os preços sobem, as **bases dos cálculos dos tributos** (ICMS, IPI, ISS) também sobem

Inflação faz subir artificialmente a **arrecadação tributária nominal** (o valor em si) sem **aumento real dos tributos** (mudança de alíquotas) e **aumentando custo do Estado** (exige mais tributos para os mesmos serviços)

EXEMPLO: se o preço da gasolina sobe, o ICMS arrecadado aumenta e custo dos serviços públicos ficam mais caros (transporte escolar, hospitalar, dos carros da segurança pública, do transporte da merenda escolar etc.), **exigindo mais tributos do Estado para arcar com o mesmo serviço sem que isso revele melhoria ou ampliação de oferta**

Economia

Com maior demanda, aluguel em Goiânia sobe acima da inflação

Reajuste de locação de imóvel na capital alcança mais que o dobro do IPCA nos quatro primeiros meses do ano; migração é um dos motivos



Lucia Monteiro
8 de junho de 2025 às 22:15
Modificado em 08/06/2025, 22:35

Inflação de demanda

Inflação importada

Inflação de demanda

Inflação de moeda

veja Negócios

VEJA+ RADAR ECONÔMICO MERCADO VEJA S/A ARTIGOS COP30



ASSINE VEJA NEGÓCIOS



Economia

Gasolina vai ficar mais cara? Os efeitos da tensão entre Israel e Irã no bolso do consumidor

Petróleo sobe e impacto pode chegar ao combustível caso conflito afete o Estreito de Hormuz, rota estratégica do comércio da commodity

Por Camila Pati SEGUIR

Atualizado em 14 jun 2025, 10h22 - Publicado em 13 jun 2025, 11h54

AUTOMOBILISMO

Gasolina cara impacta o bolso até de quem não tem carro

Preço da gasolina nas alturas: como isso afeta seu dia a dia, mesmo que você não dirija.



FCE PESSOAS ENSINO PESQUISA EXTENSÃO PUBLICAÇÕES NOTÍCIAS

Economia da Argentina, emissão de moeda e retorno à alta inflação

27 de fevereiro de 2024



Fontes: https://veja.abril.com.br/economia/gasolina-vai-ficar-mais-cara-os-efeitos-da-tensao-no-oriente-medio-nas-bombas/#google_vignette e <https://www.tupi.fm/automobilismo/gasolina-cara-impacta-o-bolso-ate-de-quem-nao-tem-carro/> e https://opopular.com.br/economia/com-maior-demanda-aluguel-em-goiania-sobe-acima-da-inflac-o-1.3274646#google_vignette e <https://www.ufrgs.br/fce/economia-da-argentina-e-o-retorno-a-alta-inflacao/>

Tributação como instrumento de combate à inflação...

Instrumento extrafiscal:

- ↑ Impostos sobre supérfluos → reduz consumo.
- ↓ Impostos sobre essenciais → segura preços básicos.

Limitações

- Efeito temporário
- Controle estrutural depende:
 - **De política monetária:** juros, emissão de moeda; e,
 - **Da produtividade econômica.**

JORNAL NACIONAL

Governo zera tributos sobre cesta básica e reduz impostos de importação para tentar conter inflação dos alimentos

Entre os itens com tarifas de importação zeradas, estão carne, café, açúcar, milho e azeite.

Por Jornal Nacional

06/03/2025 21h24 · Atualizado há 7 meses

Fonte: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2025/03/06/governo-zera-tributos-sobre-cesta-basica-e-reduz-impostos-de-importacao-para-tentar-conter-inflacao-dos-alimentos.ghtml>

DÍVIDA PÚBLICA



Tributação, Justiça Fiscal e Dívida Pública...

Emissão de títulos para captar empréstimos para financiar investimentos

Complementa os tributos como fonte de recursos do Estado

Afeta diretamente o orçamento e a sociedade

Os juros desses empréstimos são pagos pelos tributos, pelos contribuintes

Selic maior torna a dívida mais cara e drena os tributos

The screenshot shows a news article from the 'ECONOMIA' section of the agência gov website. The title reads: 'Despesas com juros consomem quase metade do que Governo arrecada com impostos'. The text below states: 'Este é um dos dados divulgados pelo boletim Estatísticas Fiscais do Governo Geral, divulgado nesta quinta. Gasto com juros é quase quatro vezes maior do que com pagamento de salários'. At the bottom right of the article area, there is a small watermark that says 'MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL'. The footer of the page includes social media sharing icons (Facebook, X, Email, WhatsApp, LinkedIn) and the text 'Agência Gov | via Tesouro' and '07/11/2024 10:00'.

Tributação, Justiça Fiscal e Dívida Pública...

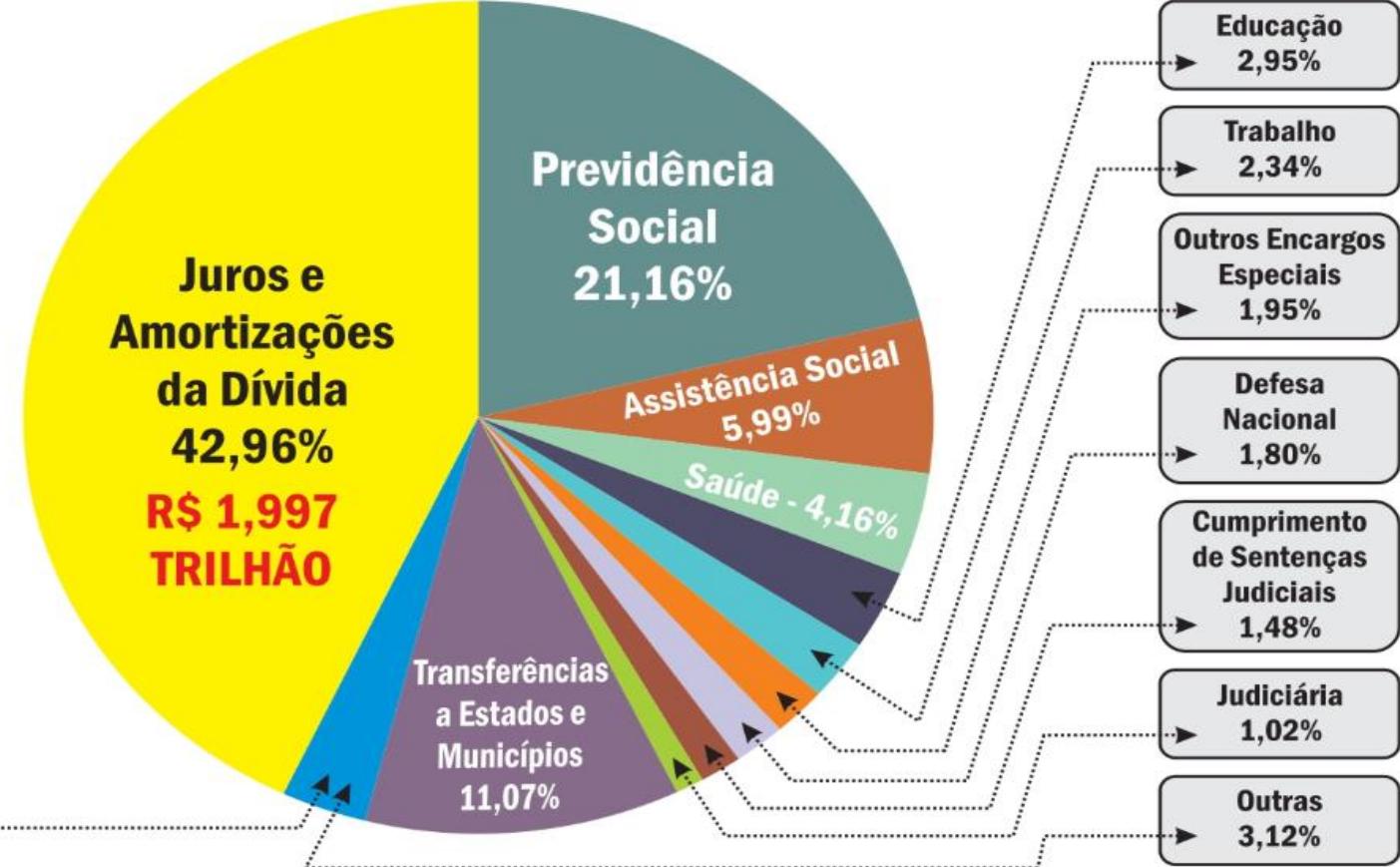
Orçamento Federal Executado (pago) em 2024 = R\$ 4,648 TRILHÕES

Juros da Dívida é o lucro que o ESTADO paga COM DINHEIRO DOS TRIBUTOS, por empréstimos tomados com o setor privado (MERCADO) por meio da LETRAS DO TESOURO.

Taxa de juros é a SELIC, definida pelo BACEN em reunião do COPOM.

Quanto MAIOR OS JUROS mais TRIBUTOS precisam ser utilizados em DÍVIDA.

OUTRAS	%
Administração	0,5361
Agricultura	0,4394
Segurança Pública	0,3589
Ciência e Tecnologia	0,3173
Transporte	0,3069
Gestão Ambiental	0,3049
Essencial à Justiça	0,2094
Legislativa	0,1888
Relações Exteriores	0,1022
Comércio e Serviços	0,0628
Organização Agrária	0,0585
Comunicações	0,0498
Indústria	0,0440
Cultura	0,0430
Urbanismo	0,0351
Direitos da Cidadania	0,0271
Energia	0,0215
Desporto e Lazer	0,0057
Saneamento	0,0052
Habitação	0,0003
TOTAL	3,1169

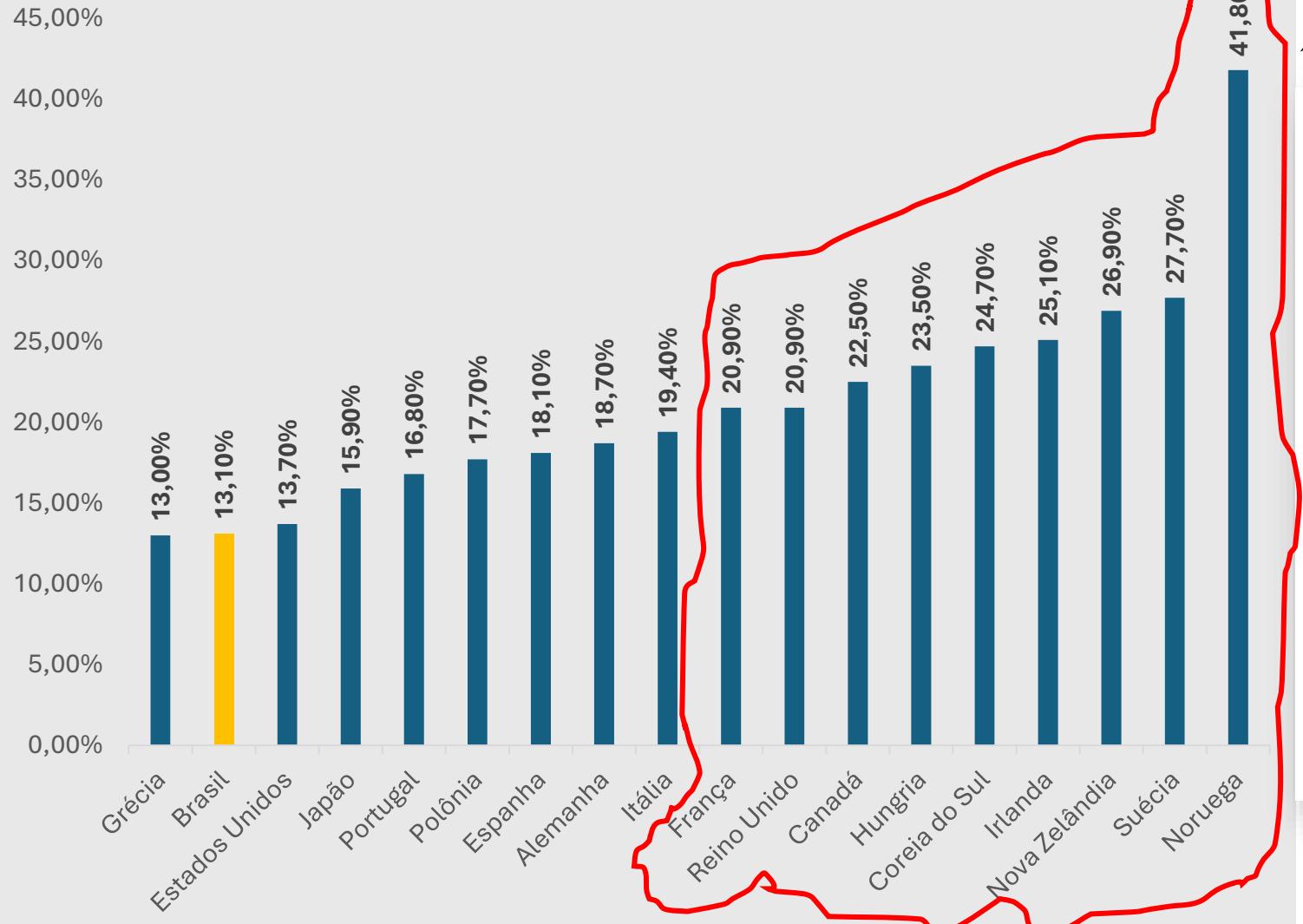


Fonte: Painel do Orçamento Federal - <https://www1.siop.planejamento.gov.br/painelorcamento>

Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida. Consulta em 12/2/2025. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Gráfico por Função, com exceção da Função "Encargos Especiais", que foi desmembrada em 4 partes: "Juros e Amortizações da Dívida" (GND 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903), "Cumprimento de Sentenças Judiciais" (Programa 0901) e "Outros Encargos Especiais" (restante da função, composta principalmente pela concessão de financiamentos).

Tributação, Justiça Fiscal e Dívida Pública...

CTL-j- Carga Tributária Líquida depois dos Juros da Dívida (o que sobra para investimentos públicos)



Países com mais de 20% de seus tributos para investir em serviços coletivos, se essa for a decisão da sociedade / Estado.

Em síntese, percebe-se que de cada R\$ 2,40 que fazem parte da Carga Tributária Bruta anual, somente R\$ 1,00 compreendeu a Carga Tributária Líquida exclusive juros no ano de 2008. Isso porque a CTL-j representou apenas 41,5% do total da CTB. Sem descontar o pagamento com juros, a CTL respondeu por 68,3% da CTB do ano passado.

Tabela 1

Carga Tributária Bruta (CTB) e Líquida (CTL), Transferências de Assistência e Previdência Social e Subsídios (TAPS) e Pagamento Líquido de Juros no Brasil e em países selecionados em 2007

Países	CTB	TAPS	CTL = CTB-TAPS	Juros líquidos	CTL-juros
Alemanha	39,2%	18,1%	21,1%	2,4%	18,7%
Brasil	34,7%	15,4%	19,3%	6,2%	13,1%
Canadá	33,1%	10,9%	23,2%	0,7%	22,5%
Coreia do Sul	26,8%	3,6%	23,2%	-1,5%	24,7%
Espanha	32,7%	13,4%	19,3%	1,2%	18,1%
Estados Unidos	28,4%	12,6%	15,8%	2,1%	13,7%
França	42,3%	18,9%	23,4%	2,5%	20,9%
Grécia	31,6%	18,5%	13,1%	0,1%	13,0%
Hungria	39,9%	16,9%	23,0%	0,5%	23,5%
Irlanda	30,8%	10,3%	20,5%	-4,6%	25,1%
Itália	42,5%	18,6%	23,9%	4,5%	19,4%
Japão	28,1%	12,1%	16,6%	0,7%	15,9%
Noruega	42,0%	13,5%	28,5%	-13,3%	41,8%
Nova Zelândia	36,5%	10,5%	26,0%	-0,9%	26,9%
Polônia	34,1%	14,9%	19,3%	1,6%	17,7%
Portugal	36,5%	16,8%	19,7%	2,9%	16,8%
Reino Unido	36,5%	13,8%	22,7%	1,8%	20,9%
Suécia	46,8%	16,5%	30,3%	2,6%	27,7%

Fonte: Banco Central do Brasil, OCDE (Elaboração IPEA/CFP)

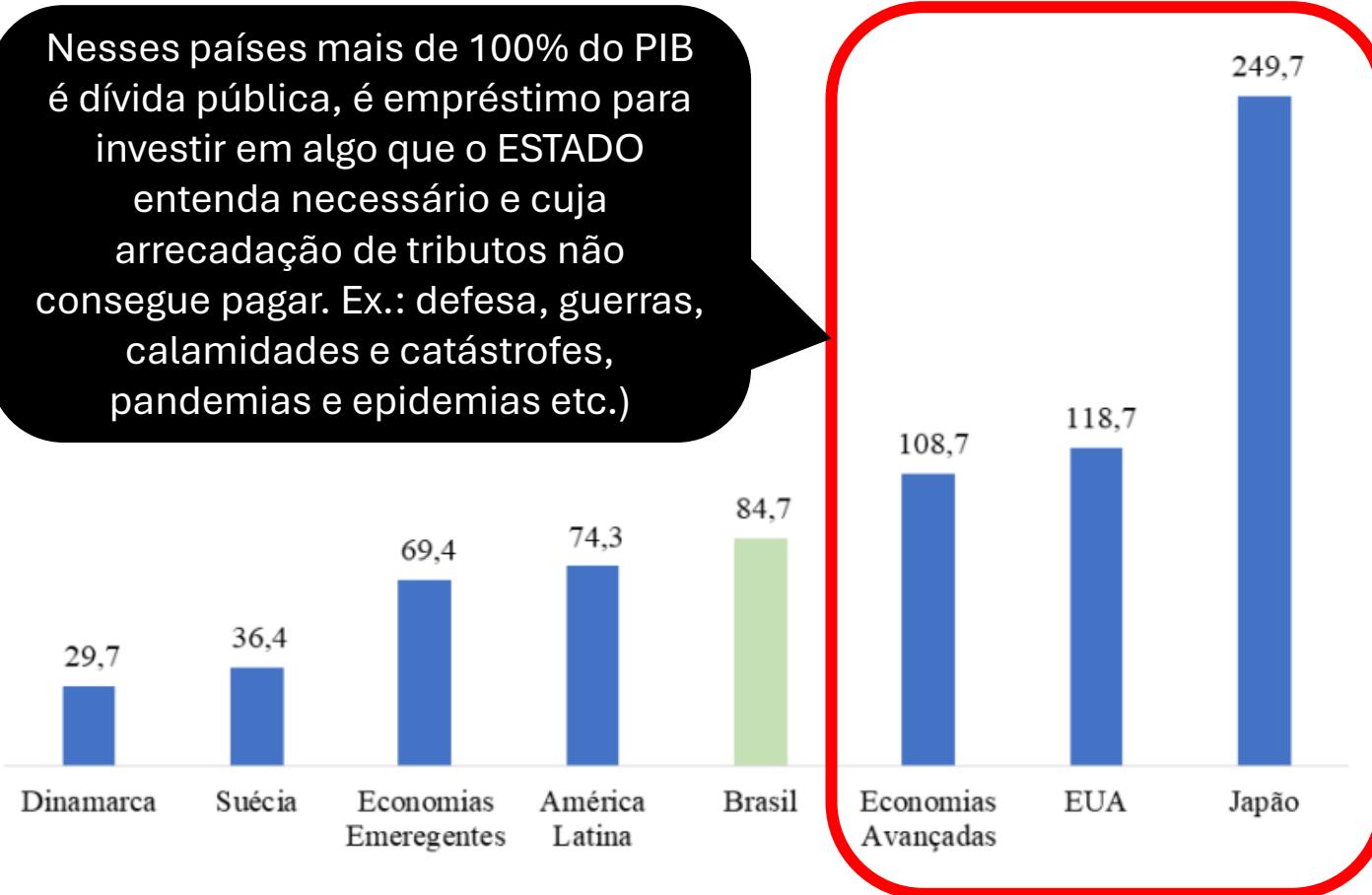
Fonte: IPEA.

<https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/db4652b3-8c48-428b-a88f-51f0937157cd/content>

Tributação, Justiça Fiscal e Dívida Pública...

Gráfico 2 – Dívida bruta em países e grupos destacados (2023, % do PIB)

Nesses países mais de 100% do PIB é dívida pública, é empréstimo para investir em algo que o ESTADO entenda necessário e cuja arrecadação de tributos não consegue pagar. Ex.: defesa, guerras, calamidades e catástrofes, pandemias e epidemias etc.)



Fonte: FMI (2024). Elaborado pelo autor.

Dívida pública
(empréstimos com setor privado ou mercado).

No Brasil a **dívida aumenta pelos juros altos**, pagos com os tributos em maior parte pagos pelos mais pobres.

Fonte: https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2024/o-caminho-do-equilibrio_2024-11-04

RENÚNCIAS FISCAIS



Tributação, Justiça Fiscal e Renúncias Fiscais...

Gasto público indireto via tributos

São isenções, deduções, reduções de alíquota etc.

Concedida por lei e algumas pela Constituição (Imunidades)

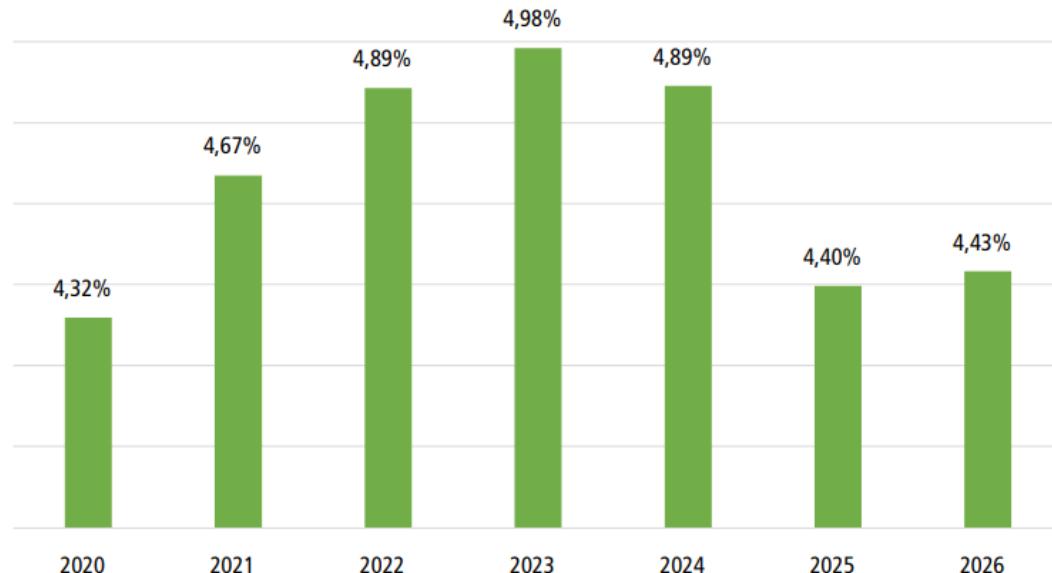
Exige transparência

Visa beneficiar setor da sociedade e da economia



Consultoria de Orçamentos,
Fiscalização e Controle - SF Consultoria de Orçamento e
Fiscalização Financeira - CD

GRÁFICO 7.4 - BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS CONCEDIDOS (% DO PIB)



Fonte: Para os anos de 2020 a 2022, estimativa da RFB para os valores efetivamente incorridos, conforme Demonstrativo de Gastos Tributários - Bases Efetivas (DGT - Bases Efetivas) de 2022; os valores de 2023 e 2024 são projeções do DGT - Bases Efetivas de 2022; para 2025 e 2026 utilizaram-se as informações complementares dos respectivos PLOAs.

Fonte: https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2024/o-caminho-do-equilibrio_2024-11-04 e <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/10/02/governo-e-mercado-divergem-em-numeros-da-economia-aponta-nota-tecnica>

Tributação, Justiça Fiscal e Renúncias Fiscais

Estimativa 2026 da União em 2026, TOTAL DE R\$612,8bi

Maiores beneficiários

Simples Nacional

54%

331 bi

Agricultura e Agroindústria

21,91%

134 bi

Lucros e dividendos isentos
e não tributados no IRPF

12,93%

79 bi

Entidades imunes e isentas

10,31%

63 bi

9,13%

55 bi

Tributação, Justiça Fiscal e Renúncias Fiscais...

A **região Sudeste** tem a maior parcela dos benefícios tributários, com R\$ 300,3 bilhões, ou **49% do total**, em razão da **alta concentração econômica nessa região**.



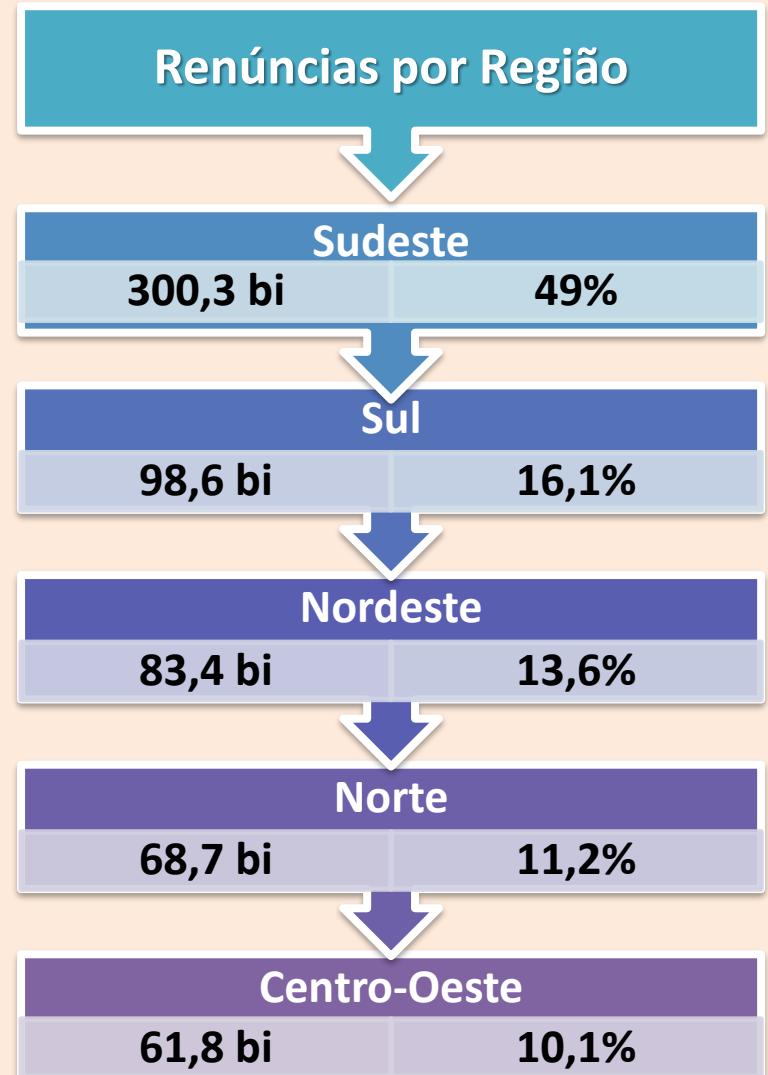
Consultoria de Orçamentos,
Fiscalização e Controle - SF

Consultoria de Orçamento e
Fiscalização Financeira - CD

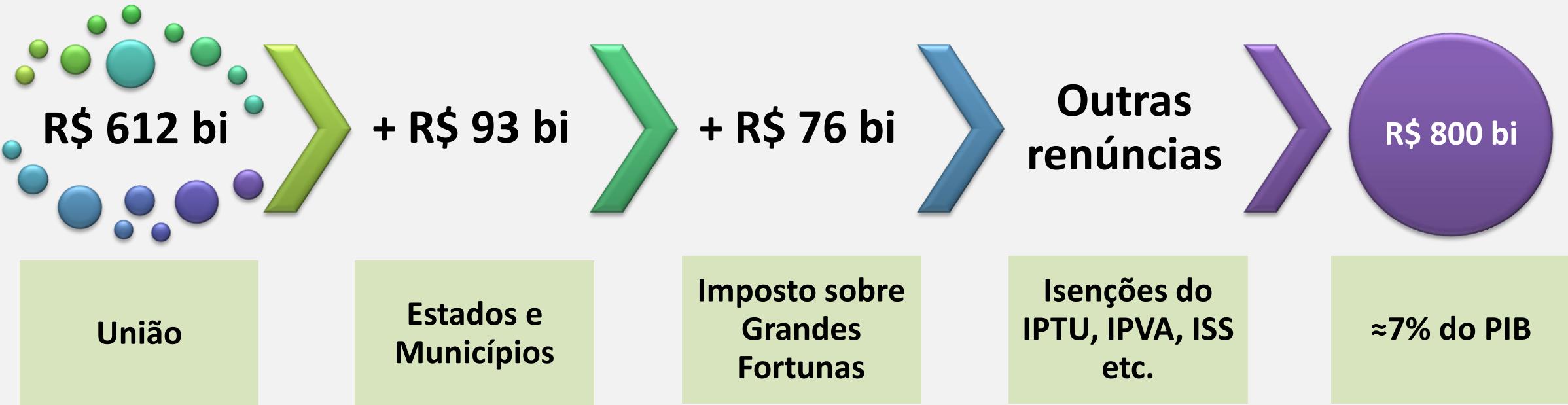
TABELA 7.4 - ESTIMATIVA DA RENÚNCIA DE RECEITA TRIBUTÁRIA POR REGIÃO (% DO TOTAL)

REGIÃO	PLOA 2024	PLOA 2025	PLOA 2026
Norte	11,74	10,78	11,23
Nordeste	15,82	14,53	13,63
Centro-Oeste	9,51	10,53	10,00
Sudeste	47,33	47,19	49,00
Sul	15,61	16,97	16,13

Fonte: Informações complementares do PLOA constantes do sitio eletrônico da RFB.



Renúncia Fiscal. Estimativas 2026...



O que dá pra fazer com 800bi

- + de 5 x o **BOLSA FAMÍLIA** estimado em **R\$ 165bi**
- + de 22 x todo investimento em **EDUCAÇÃO** estimado em **R\$ 36,6 bi**
- + de 3,5 x os investimento em **SAÚDE** estimado em **R\$ 203 bi**
- + de 60 x o **PÉ DE MEIA** estimado em **R\$ 12,5 bi**

Fonte: https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2024/o-caminho-do-equilibrio_2024-11-04 e <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/10/02/governo-e-mercado-divergem-em-numeros-da-economia-aponta-nota-tecnica> e https://www12.senado.leg.br/orcamento/documentos/estudos/tipos-de-estudos/notas-tecnicas-e-informativos/notatecnicaconjunta_ploa-2026_.pdf e https://static.congressoemfoco.com.br/attachment/2025/04/16/4f6b8a Raf_ifi-26042025.pdf? gl=1*fgmwyc*_ga*MTQ3MDgwMjAzNy4xNzYwMDUxMjEy*_ga_V46CYWTD2Z*cxE3NjAwNTEyMTEkbzEkZzAkddE3NjAwNTEyMTEkajYwJGwwJGgw

Renúncias Fiscais Desafios e Transparências



Art 11 da Lei de Responsabilidade Fiscal

- Obrigação de instituir e cobrar TRIBUTOS previstos na Constituição
- Requisito à responsabilidade na gestão fiscal

Fonte, LC 101/2000 em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm e a CF em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

 Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

I - importação de produtos estrangeiros;

II - exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;

III - renda e proventos de qualquer natureza;

IV - produtos industrializados;

V - operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;

VI - propriedade territorial rural;

 VII - grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

 VIII - produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Renúncia Fiscal. Estimativas 2026...

Perda de arrecadação
por renúncias da União.
Reduz \$\$ na previdência

271 bi

1,96% PIB

44% das
renúncias

https://www12.senado.leg.br/orcamento/documentos/estudos/tipos-de-estudos/notas-tecnicas-e-informativos/notatecnicaconjunta_ploa-2026_.pdf

TABELA 7.3 - ESTIMATIVA DA RENÚNCIA DE RECEITA TRIBUTÁRIA POR REGIÃO E TRIBUTO

Gasto Tributário	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total	% PIB
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	8.815,35	14.489,32	18.883,39	68.795,68	27.649,31	138.633,04	1,00
Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	12.561,70	22.712,70	9.545,63	56.945,47	16.072,32	117.837,82	0,85
Imposto sobre a Renda Pessoa Física - IRPF	4.586,49	16.517,98	11.173,96	55.707,92	17.536,68	105.523,03	0,76
Contribuição para a Previdência Social	2.876,38	11.339,97	7.945,48	56.200,45	18.746,30	97.108,59	0,70
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF	3.264,62	8.220,40	5.291,84	17.693,01	4.209,16	38.679,03	0,28
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.288,06	3.630,57	2.608,79	22.264,13	6.299,43	36.090,98	0,26
Contribuição Social para o PIS-PASEP	1.855,88	2.993,91	3.891,23	13.905,15	5.720,52	28.366,69	0,21
Imposto sobre Produtos Industrializados - Operações Internas - IPI-Interno	16.025,40	611,45	313,67	2.147,31	765,96	19.863,79	0,14
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	1.065,75	2.658,85	1.644,22	4.879,35	1.726,64	11.974,80	0,09
Imposto sobre Importação - II	8.363,71	34,51	5,43	1.163,94	75,29	9.642,89	0,07
Imposto sobre Produtos Industrializados - Vinculado à Importação - IPI-Vinculado	7.217,05	8,90	3,23	562,24	27,37	7.818,80	0,06
Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM	907,66	330,91	-	4,67	1,25	1.244,49	0,01
Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE	0,72	0,16	0,08	47,41	0,66	49,04	0,00
Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR	0,70	0,75	0,30	2,58	4,65	8,99	0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	-	-	-	0,84	0,07	0,90	0,00
TOTAL	68.829,45	83.550,39	61.307,26	300.320,15	98.835,62	612.842,88	4,43

Fonte: Informações complementares do PLOA 2026 constantes do sítio eletrônico da Receita Federal.

Renúncias Fiscais. Desafios...



Renúncias
Fiscais.
Desafios

- Avaliar resultados
- Ampliar transparência
- Definir prazos. Limite para acabar
- Definir contrapartidas e acompanhar realização
- Limitar a 2% do PIB. Está em + 4%
- Controle social e cidadania fiscal.

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO



Planejamento Tributário Abusivo...



Ocorre quando empresas realizam **planejamento tributário abusivo**



Esse planejamento tributário abusivo:

Reduc artificialmente a arrecadação.

Reduc \$\$ para financiar políticas públicas.

Planejamento Tributário Abusivo...

ELISÃO

- Organizar vida patrimonial e negocial reduzindo tributos sem infringir lei

EVASÃO

- Evitar, reduzir ou postergar de forma ilegal o pagamento dos tributos

ELUSÃO

- Usar meios artificiosos e abusivos com aparência de legalidade e licitude, buscando evitar pagar tributo.
PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO ABUSIVO

Planejamento Tributário Abusivo...

= JOTA 

ANÁLISES, NOTÍCIAS,
CALLS E RELATÓRIOS

TRÊS PODERES

 Início > STF > Do Supremo

JUSTIÇA

Maioria no STF declara constitucional norma contra planejamento tributário abusivo

“Norma geral antielisão” é voltada a combater planejamentos tributários tidos como abusivos pelo fisco

Cristiane Bonfanti
01/04/2022 | 17:36 | Brasília



CTN, art. 116 (...)
Parágrafo único

- A Administração Tributária pode **DESCONSIDERAR ATOS OU NEGÓCIOS JURÍDICOS** praticados com a finalidade de **DISSIMULAR A OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR DO TRIBUTO OU A NATUREZA DOS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA**, conforme lei ordinária .

Lei Ordinária não criada até nov. 2025

ODS e Planejamento Tributário...

10: Redução das desigualdades

- Práticas abusivas de planejamento tributário, concentram renda, reduz tributos dos mais ricos e sobrecarrega os mais pobres

16: Instituições eficazes

- Empresas devem ter postura responsável evitando ações que fragilizam a arrecadação e prejudicam a confiança social

17: Parcerias para o desenvolvimento sustentável

- Empresas, governos e sociedade devem atuar juntos por um sistema tributário justo e sustentável.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



ODS, Planejamento Tributário e tributação verde...

Tributação verde

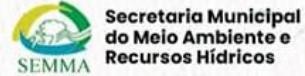
Finalidade

- **Princípio do poluidor-pagador:** quem causa danos ao meio ambiente deve arcar com os custos associados à reparação ou mitigação desses danos.
- **Princípio da precaução:** mesmo na ausência de certeza científica, medidas preventivas devem ser adotadas para evitar degradação ambiental.

ODS, Planejamento Tributário de tributação verde...

ICMS ECOLÓGICO. +10 estados.
Repartir \$ do ICMS entre **municípios**
com práticas ambientais, como:

- **MATA.** Preservar áreas de proteção permanente (APPs)
- **LIXO.** Gerir resíduos sólidos
- **MATA.** Criar unidades de conservação ambiental.



**IPAMERI É NOTA
MÁXIMA
no ICMS** **ecológico**



ODS, Planejamento Tributário de tributação verde...

IPTU VERDE. Municípios oferecem descontos IPTU a imóveis urbanos com soluções sustentáveis, como:

- **LIXO.** Coleta seletiva de resíduos
- **ENERGIA.** Uso de energia solar
- **ÁGUA.** Reaproveitamento de água da chuva
- **PLANTAS.** Telhados verdes

**IPTU
VERDE**

VOCÊ CONTRIBUI PARA O MEIO AMBIENTE E GANHA BENEFÍCIOS NO IPTU.

DESCONTO 10%

MEDIDAS

- SISTEMA DE CAPTAÇÃO DA ÁGUA DA CHUVA;
- SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS;
- TRATAMENTO DE 90% DO LIXO.

DESCONTO 15%

MEDIDAS

- SISTEMA DE REUSO DE ÁGUA;
- SISTEMA DE AQUECIMENTO HIDRAULICO SOLAR;
- SISTEMA DE AQUECIMENTO ELÉTRICO SOLAR;
- CONSTRUÇÕES COM MATERIAL SUSTENTÁVEL;
- UTILIZAÇÃO DE ENERGIA PASSIVA;
- SISTEMA DE UTILIZAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA.

DESCONTO 25%

MEDIDAS

- PARA QUEM ATENDER A 06 (SEIS) MEDIDAS OU MAIS

PREFEITURA DE GARANHUNS UM NOVO TEMPO PARA TODOS

ODS, Planejamento Tributário de tributação verde...

[Home](#) > Acompanhe o Planalto > Notícias > 2023 > 12 > Mover: Programa de Mobilidade Verde é lançado

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Mover: Programa de Mobilidade Verde é lançado

Programa vai reduzir imposto de quem polui menos e aumentar exigências de sustentabilidade

Publicado em 30/12/2023 20h21

Colaboradores: MDIC | Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Compartilhar



A medição das emissões de carbono "do poço à roda" considera todo o ciclo da fonte de energia utilizada, o mesmo se aplica a outras fontes propulsoras, como bateria elétrica - Foto: Marcelo Camargo / Agência Brasil

IPI Verde. Programa MOVER (Mobilidade Verde e Inovação), reduz o IPI a pagar conforme:

- **CARROS.** Tipo de energia utilizada pelos veículos;
- **POLUENTES.** Emissão de poluentes;
- **RECICLAGEM.** Índice de reciclagem;
- **PESQUISA.** Investimento em pesquisa e desenvolvimento sustentável.

ODS, Planejamento Tributário de tributação verde. Reforma Tributária do Consumo...

IMPOSTO SELETIVO



Imposto Seletivo (IS)
a **PRODUTOS
PREJUDICIAIS AO
MEIO AMBIENTE** e à
saúde.

BIOCOMBUSTÍVEIS



Incentivos fiscais aos
BIOCOMBUSTÍVEIS e
ao **HIDROGÊNIO DE
BAIXA EMISSÃO DE
CARBONO**, ajudando
a reduzir as emissões
de carbono.

RECICLAGEM



Créditos presumidos
para **EMPRESAS QUE
COMPRAREM
MATERIAIS
RECICLÁVEIS** de
cooperativas e
catadores.

REFORESTAMENTO



Redução de 60% na
alíquota a serviços
ambientais,
estimulando a
**REGENERAÇÃO DE
FLORESTAS E
OUTROS BIOMAS.**

CORRUPÇÃO

CORRUPÇÃO PÚBLICA

CORRUPÇÃO PRIVADA





Corrupção Privada

600 bi/ano

SONEGAÇÃO

Antes do ingresso
\$ no Estado

Corrupção Pública

60 bi/ano

Após do ingresso
\$ no Estado

Fonte Inst. Justiça Fiscal em
<https://ijf.org.br/corrupcao-publica-versus-corrupcao-privada/>

Corrupção da sonegação de tributos



Planos

Produtos

Sedep +

Atendimento

Entrar

EXPERIMENTE AGORA

Sonegação fiscal supera em muito os valores da corrupção pública

Autor: [Marcos de Aguiar Villas-Bôas](#) (*)

Como destacam alguns autores^[1], é comum se deixar de lado a sonegação fiscal nos estudos sobre tributação, o que dificulta uma compreensão macro do sistema tributário e seus gargalos. A informalidade e a sonegação são variáveis importantes nas decisões de política tributária, sobretudo em países em desenvolvimento, pois podem alterar gravemente os resultados calculados no momento da tomada de decisão.

g1

PARÁ



Grupo empresarial é investigado por fraude com mercadorias importadas e sonegar R\$ 90 milhões de impostos no Pará

Operação federal investiga esquema de subfaturamento, evasão de divisas e lavagem de dinheiro envolvendo empresas de importação. Segundo a PF, cargas chegavam ao país pelos portos de Belém e Vila do Conde, em Barcarena, e eram distribuídas para outros estados brasileiros.

Por g1 Pará — Belém

10/09/2025 09h57 · Atualizado há

g1

PARAÍBA

Entenda esquema criminoso que sonegou cerca de R\$ 110 milhões em ICMS na Paraíba

Grupo criminoso sonegava impostos fiscais mantendo filiais em diferentes estados e utilizando essas estruturas para internalizar e comercializar produtos na Paraíba sem pagar o imposto devido.

Por g1 PB

07/10/2025 14h50 · Atualizado há 3 dias

**Brasil até
11/10/2025**

SONEGÔMETRO

Isto é a média de quanto o Brasil está perdendo com a sonegação de impostos, de 01/01/2025 até 11/10/2025

R\$ 486.759.172.490,50

Saiba mais em sonegometro.com



HERÓDOTO BARBEIRO | Sonegômetro: Brasil tem cerca de R\$ 600 bilhões de impostos sonegados por ano

Sonegômetro: Brasil tem cerca de R\$ 600 bilhões de impostos sonegados por ano

Há uma verdadeira indústria de sonegação em nosso país

HERÓDOTO BARBEIRO | Do R7 e Heródoto Barbeiro
24/03/2024 - 02H00 (ATUALIZADO EM 20/04/2024 - 00H24)



FENAFISCO - baroesdadivida.org.br

Compartilhar:
[f](#) [t](#) [m](#) [e](#) [in](#)

 Barões da Dívida

 Contraste

SÁBADO, 11/10/2025

[Home](#)

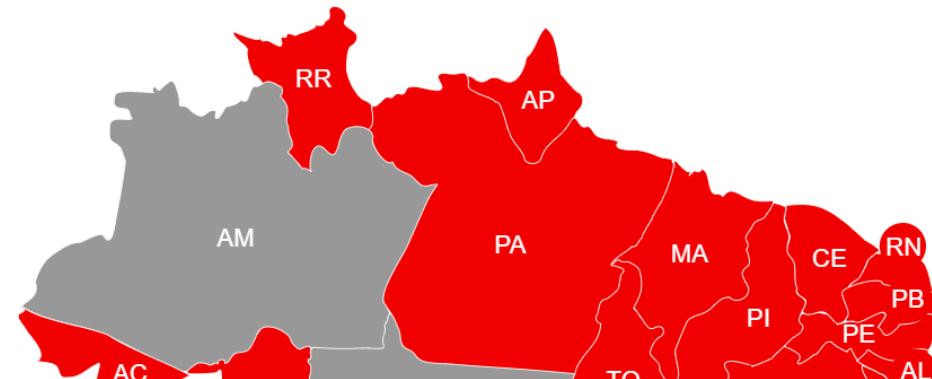
[Estatística](#)

[Atlas da Dívida](#)

[Notícias](#)

[Apresentação](#) ▾

Mapa de Dívidas



No período de 2015/2019, o estoque da dívida ativa dos estados teve elevação de 31,40% alcançando R\$ 896,2 bilhões, 13,18% do PIB nacional, sem que resultar em mudanças qualitativas na estrutura econômica dos estados.

Total Da Dívida Dos Estados (Maiores Devedores)

R\$ 656,643,862,503.28

Items por Página: 15

0 de 0



RAZÃO SOCIAL

VALOR

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO

A FENAFISCO mapeou e estudou, criando um site de pesquisa, devedores do **FISCO ESTADUAL** com dívida ativa **ACIMA DE R\$ 1 BILHÃO**, de 2015 a 2019. **896 bi só nesse extrato .**

<https://fenafisco.org.br/26/10/2021/atlas-da-divida-ativa-denuncia-rombo-bilionario-nos-cofres-publicos-dos-estados/> E <https://baroesdadivida.org.br/map>

**NÃO SOMAM
débitos semelhantes:**

**EM ESTADOS, DF e
MUNICÍPIOS.**

**Em cobrança nas
administrações tributárias
da U, E DF e M**

**Em parcelamentos na U, E,
DF e M**

**Preenchendo apenas com o “valor
mínimo” de 0,01, consulta todos os
DÉBITOS em cobrança JUDICIAL na
União: MAIORIA TRIBUTÁRIOS E
TRABALHALHISTAS.**

PGFN - listadevedores.pgfn.gov.br

listadevedores.pgfn.gov.br



BRASIL

Simplifique! | Comunica BR | Participe | Acesso à informação | Legislação | Canais

REGULARIZE

[Lista de Devedores da PGFN](#)

Na Lista de Devedores, você pode consultar os contribuintes que estão inscritos em dívida ativa da União e do FGTS, na condição de devedor principal, corresponsável ou solidário. Importante destacar que não estão incluídos na lista os débitos parcelados, garantidos ou com exigibilidade suspensa.

Para um resultado mais preciso, a ferramenta oferece vários filtros de pesquisa. Além disso, é possível exportar o resultado da pesquisa no formato de planilha (csv). A exportação estará disponível para consultas com resultados de até 50.000 registros.

Este é um serviço de caráter informativo, não produzindo efeitos legais.

IDENTIFICAÇÃO

CPF/CNPJ

Nome

UF

ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE)

Seção

DÍVIDA

Natureza da dívida

Faixa de valores (R\$)

Valor mínimo

Valor máximo

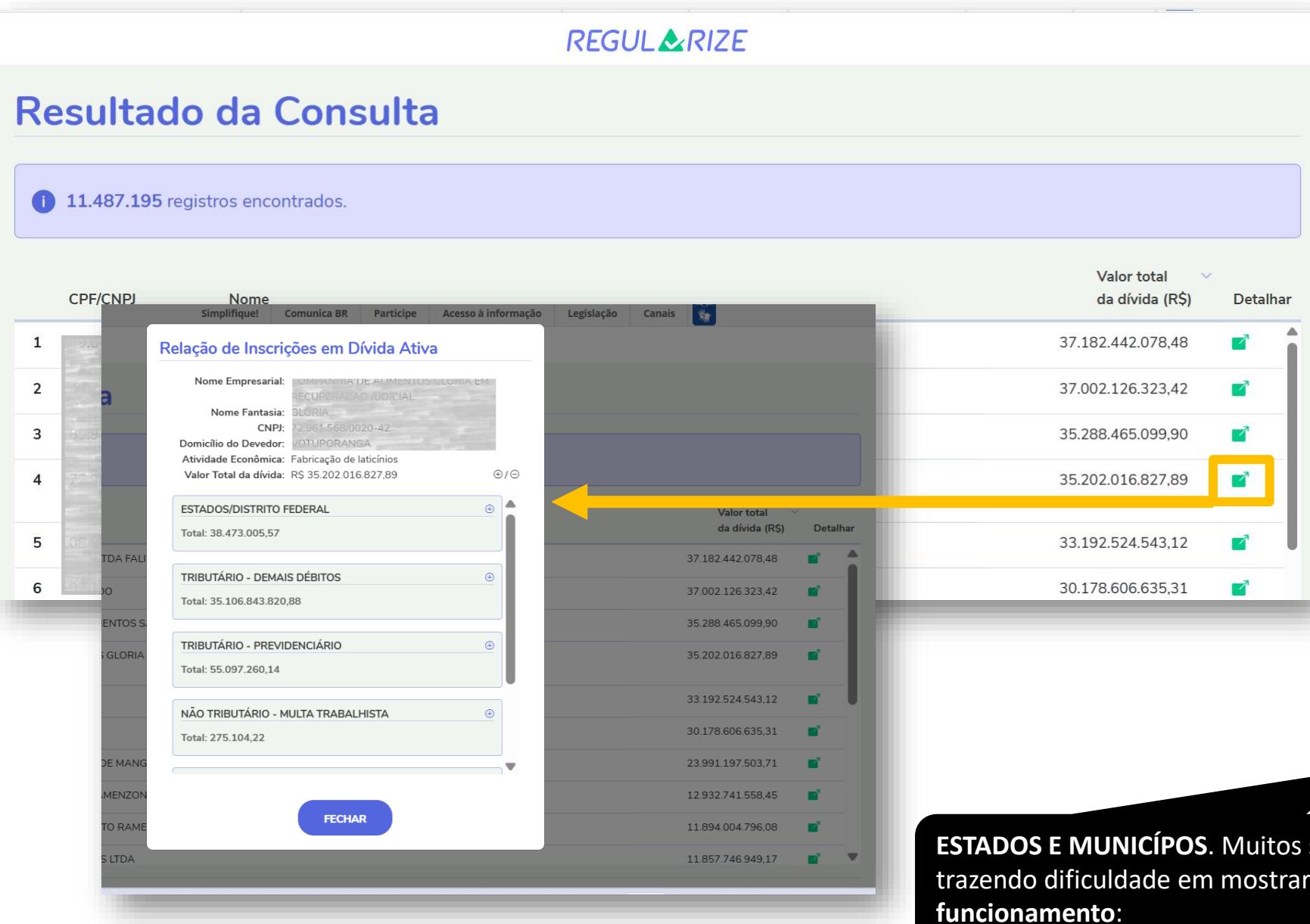
0,01

0,00

CONSULTAR

LIMPAR

PGFN & Portais de transparéncia de Estados e Municípios



Devedores PGFN (União)

- +11,4 milhões de devedores
 - 6 primeiros + 207 bi
 - Pesquisa permite detalhar a dívida

Devedores nos Estados.

- **RS.**<https://www.transparencia.rs.gov.br/receitas-do-estado/divida-ativa-lista-de-devedores/dados/>
 - **CE.**<https://portaldocontribuinte.pge.ce.gov.br/consulta>
 - **RO.**<https://transparencia.ro.gov.br/receita/dividaativa>

ESTADOS E MUNICÍPOS. Muitos sites estão com funcionamento prejudicados, trazendo dificuldade em mostrar dados. **Exemplos de sites em funcionamento:**

Sonegação e o Split Payment...

Split Payment estão definidos nos arts 31 a 36 da Lei Complementar nº 214/2025, Reforma Tributária do consumo.

Hoje. Consumidor paga o produto ou serviço e, todo valor, ia para o vendedor que deveria repassar a parte dos tributos aos cofres públicos.

Será. Consumidor pagará o produto ou serviço e **o banco ou cartão transferirá diretamente a parte dos cofres públicos** e, a parte do vendedor, à conta deste.

BANCOS, CARTÕES DE CRÉDITO, BOLETOS ETC.



HOME SOBRE SERVIÇOS ▾ ESTUDOS ARTIGOS

Blog, Ibpt na imprensa, Notícias

Split payment pode reduzir em até R\$ 500 bilhões a sonegação no Brasil, aponta tributarista

Sonegação e “REFÚGIOS” Fiscais...



BBC NEWS BRASIL

Notícias Brasil Internacional Economia

O uso de paraísos fiscais pelos super-ricos empobrece o mundo?

A woman is standing outside an Apple store, holding a protest sign that reads "DOIT 13 MILLIARDS POUR LA SAINTE".

A **isenção de taxas e impostos** para pessoas físicas é um dos **grandes atrativos** para as mais **altas classes**.

Comparação das principais métricas, por país

Em %

	Imposto de renda	Imposto sobre ganhos financeiros	Imposto sobre propriedade	IDH
Mônaco	0	0	0	0,960
França	41	30	1	0,901
Itália	43	26	0,76	0,854

Fontes: Direction des Services Fiscaux, Direction Générale des Finances Publiques e Agenzia delle Entrate

Fontes <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41934552> e <https://www.consultingclub.com.br/post/m%C3%B4naco-como-sobrevive-um-estado-sem-imposto>

É “paraíso” para quem?

Países ou territórios com tributo zero ou muito baixos

- PJ e PF ganham a renda ou lucro no país de origem e evitam tributos nesses países
 - PJ. “Mudam” matriz e com isso o endereço dos lucros
 - PF. “Mudam” a residência – ou criam Trusts – e com isso o endereço das rendas
- “Refúgios” garantem **sigilo** e **não se importam se o \$\$ é lícito ou ilícito**
- **OCDE lista 40 lugares**, exemplo: Suíça, Mônaco, Emirados Árabes etc.
- **Esses territórios e países ganham com essas rendas** que, por outro lado, ajuda a manter seus tributos zerados ou muito baixos



Esta Foto de Autor Desconhecido está licenciado em CC BY-SA

Refúgios Fiscais. Consultar dados mundiais em taxjustice.net



Refúgios Fiscais. Consultar dados mundiais em taxjustice.net

C E P A L

Main menu ☰

Evasão fiscal na América Latina chega a 340 bilhões de dólares e representa 6,7% do PIB regional

1 SET 2016, 00:00 - 11 OUT 2025, 23:45 | NEWS

+U\$ 80 tri

- PIB Global

+ U\$ 30 tri

- Ativos em “Refúgios”
- + U\$ 2,3 tri em tributos perdidos

Fonte <https://taxjustice.net/faq/how-much-money-is-in-tax-havens/> e <https://www.cepal.org/pt-br/noticias/evasao-fiscal-america-latina-chega-340-bilhoes-dolares-representa-67-pib-regional> e <https://www.statista.com/statistics/268750/global-gross-domestic-product-gdp/#statisticContainer>

TAX JUSTICE NETWORK

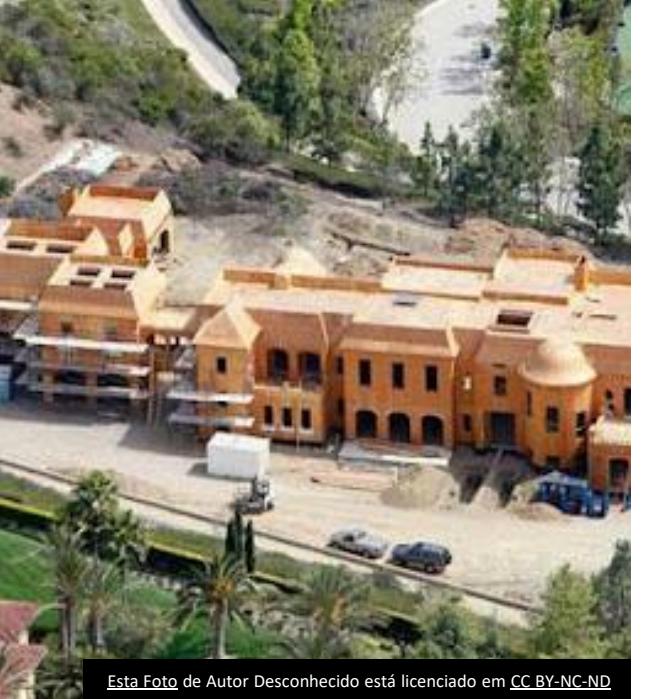
PERGUNTAS FREQUENTES

Perguntas na categoria
Como funcionam os paraísos fiscais

O que é transferência de lucros? • Como as pessoas escondem riqueza em paraísos fisc

Quanto dinheiro há em paraísos fiscais?

Entre US\$ 21 e US\$ 32 trilhões em ativos financeiros estão depositados em paraísos fiscais. Devido ao sigilo que permeia o sistema de paraísos fiscais, é difícil obter números precisos, portanto as estimativas podem variar. A Tax Justice Network estima que US\$ 427 bilhões em impostos são perdidos todos os anos para paraísos fiscais.



Esta Foto de Autor Desconhecido está licenciado em CC BY-NC-ND



Esta Foto de Autor Desconhecido está licenciado em CC BY-SA

Lavagem de dinheiro

- Operação comercial ou financeira que ocultam ganhos ilícitos (drogas, contrabando, armas, corrupção etc.);
- Faz o produto de crime parecer legal.

Valores

- + R\$ 2,7 trilhões/ano ou US\$500 bilhões/ano
- + de 2% do PIB mundial

Relação com a sonegação

- Refúgios fiscais são utilizados para lavagem de \$ da corrupção dentre outros crimes e, com grande sonegação fiscal



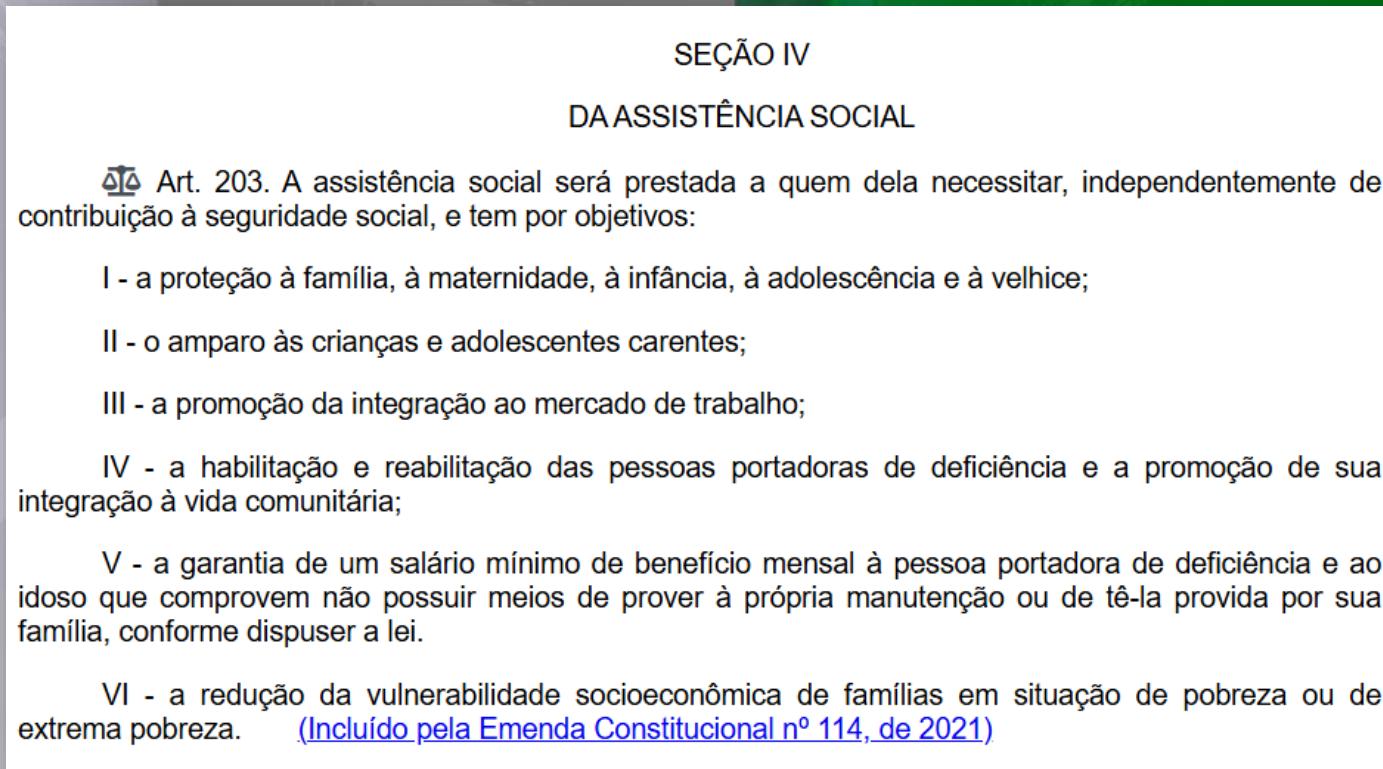
Bloco 6

ASSISTÊNCIA SOCIAL





- 1. Todos somos iguais?**
- 2. Há momentos de maior fragilidade na vida humana?**
- 3. A nossa subsistência pode ser ameaçada na vida?**



Assistência
Social

Direito exigido
pelo povo na
Constituição

Tributos & Assistência Social



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

[LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993](#)

[Mensagem de veto](#)

[\(Vide Decreto nº 3.048, de 1999\)](#)

[\(Vide Decreto nº 6.214, de 2007\)](#)

[\(Vide Decreto nº 7.788, de 2012\)](#)

[Vide Lei nº 13.014, de 2014](#)

[\(Vide ADIN nº 2.228\)](#)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

CAPÍTULO I

Das Definições e dos Objetivos

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.



1. Direito do cidadão
2. Não exige contribuição
3. Garante mínimos sociais
4. Ações públicas e da sociedade
5. Atende necessidades básicas

Da arrecadação à proteção social

Gestão descentralizada: União, Estados, Municípios, com Conselhos em todos os entes

Recursos tributários chegam à população por meio do SUAS.
Exemplos de serviços:

- **CRAS:** proteção básica, prevenir situações de risco por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Beneficiários do BOLSA FAMÍLIA e do BENEFÍCIO DE PROTEÇÃO CONTINUADA (BPC).
- **CREAS:** proteção especial. Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa; Pessoas com Deficiência, Idosas; Pessoas em Situação de Rua.

Tributos & Assistência Social.

Bolsa Família e BPC

- **Bolsa Família:** a cada R\$ 1 gasto com o programa "gira" R\$ 2,4 no consumo das famílias e adiciona R\$ 1,78 no Produto Interno Bruto (PIB), e acrescenta +R\$ 0,59 em arrecadação.
- **BPC:** garante 1 salário mínimo para idosos e pessoas com deficiência em extrema pobreza.



Esta Foto de Autor Desconhecido está licenciado em CC BY-ND



BPC
Benefício de Prestação
Continuada

Esta Foto de Autor Desconhecido está licenciado em CC BY-ND

Tributos & Assistência Social. Impacto social da arrecadação.

Em 2023, SEM PROGRAMAS SOCIAIS o índice de Gini em 2023 seria 0,555; COM ELES o índice caiu para 0,518.

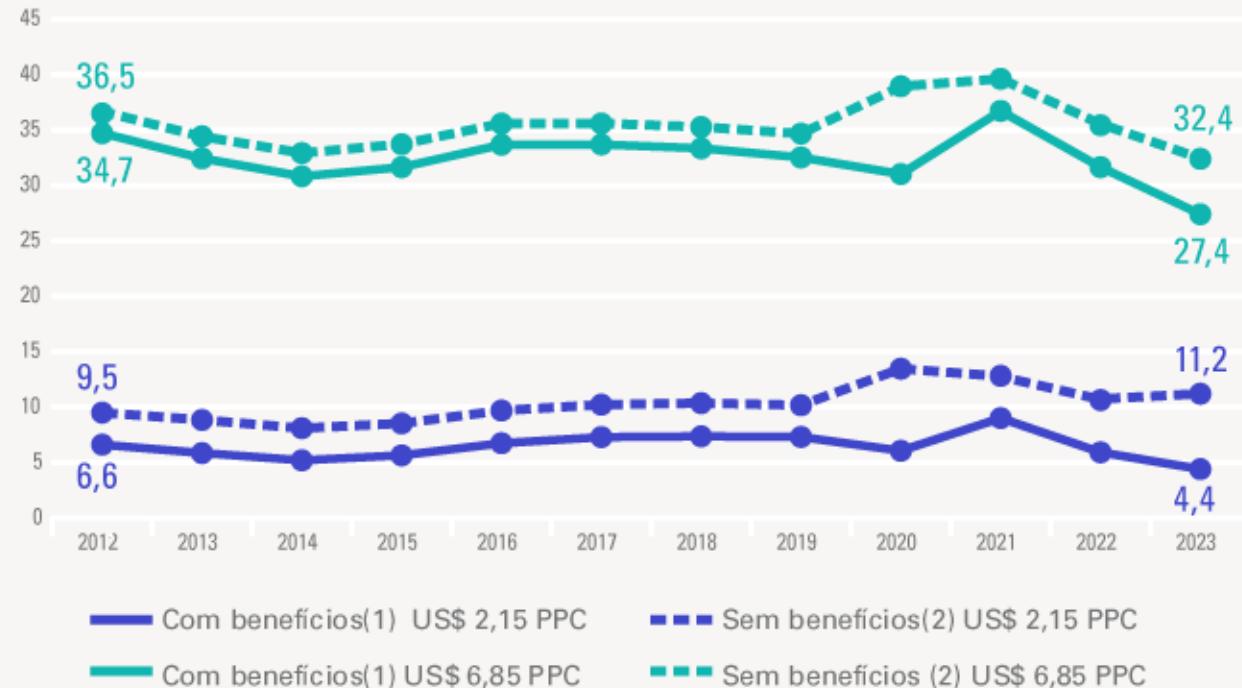
- O índice de Gini mede a desigualdade de distribuição de renda. Seu valor varia entre 0 e 1: quanto mais próximo de 1, mais desigual, quanto mais próximo de 0, menor é essa desigualdade.

Transferências sociais aumentam consumo, reduzem pobreza, aumentam a segurança e a paz social, estimulam a economia.

Educação Fiscal + Assistência Social fortalecem a cidadania e da democracia.

Proporção de pessoas na pobreza e na extrema pobreza

Com ou sem benefícios de programas sociais



(1) Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 2,33 para US\$ 1,00 PPC 2017, valores diários tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos recentes.

(2) Benefícios de programas sociais incluem: Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada - BPC, Auxílio Emergencial e outros programas sociais governamentais.

Fonte: Síntese de Indicadores Sociais - 2024



Bloco 7

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL



Tributos & Aplicação. Controle e transparência



Esta Foto de Autor Desconhecido está licenciado em CC BY-ND



Esta Foto de Autor Desconhecido está licenciado em CC BY-ND

Controle Interno: realizado por órgãos do próprio governo (ex.: CGU).

Controle Externo: realizado por tribunais de contas e legislativo.

Participação Pública: conselhos, audiências públicas, orçamento participativo.

Tributos & Portais da Transparência

Obrigam a União, Estados, DF e Municípios

Base legal

- **Constituição Federal.** Art 37. Transparéncia da administração pública é um princípio constitucional.
- **Lei de Acesso à Informação. Lei nº 12.527/2011.** Determina que órgãos públicos federais, estaduais e municipais devem, independente de pedido, devem divulgar informações de interesse coletivo ou geral, em local de fácil acesso.
- **Lei de Responsabilidade Fiscal. Lei Complementar nº 101/2000.** Exige a transparéncia na gestão fiscal, incluindo a divulgação de receitas, despesas e relatórios de gestão.

The screenshot shows the homepage of the Portal da Transparéncia. At the top, there's a navigation bar with links to 'Órgãos de Governo', 'Acesso à Informação', 'Legislação', 'Acessibilidade', and zoom controls. Below the navigation is a search bar with the placeholder 'O que você procura?' and a magnifying glass icon. To the left of the search bar is a dropdown menu labeled 'Todos'. The main content area features a large banner for 'COP30 no Brasil' with a green background and a map of Brazil. The banner text reads: 'COP30 no Brasil' and 'Acompanhe os investimentos públicos federais utilizados na preparação do maior evento global sobre mudanças climáticas.' Below the banner is a green button labeled 'Saiba mais'. To the right of the banner, there's a logo for 'COP30 BRASIL AMAZÔNIA BELÉM 2025'. Below the banner, the text 'Consultas disponíveis no portal' is displayed, followed by a grid of twelve cards representing different types of public consultations. Each card includes an icon and a title: 'PÉ-DE-MEIA' (Novo), 'DESPESSAS PÚBLICAS', 'SERVIDORES E PENSIONISTAS', 'SANÇÕES', 'BENEFÍCIOS AO CIDADÃO', 'RENUNCIAS FISCAIS', 'LICITAÇÕES PÚBLICAS', 'CONTRATOS PÚBLICOS', 'RECEITAS PÚBLICAS', 'PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS', 'CARTÕES DE PAGAMENTO', and 'EMENDAS PARLAMENTARES'.

Observatório Sociais do Brasil. <https://www.osbrasil.org.br/>

contato@osbrasil.org.br

São Associações

Estão em +10 estados e em +100 municípios

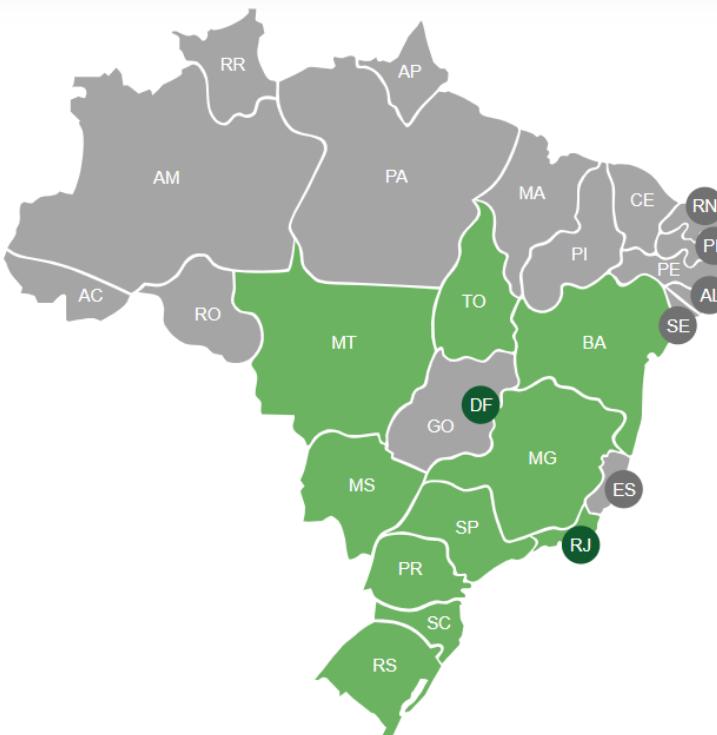
Analisam licitações

Fomentam a cidadania fiscal

Incentivam a participação de micro e pequenas empresas em licitações

Constroem indicadores de gestão pública

São compostos por profissionais diversos, não filiados a partidos, atuante como voluntários e contribuindo – em regra – com anuidades



The map shows the outlines of all Brazilian states. Some states are highlighted in green, while others are in grey. Labeled states include: RR, AP, AM, PA, MA, CE, RN, PB, AC, RO, TO, PI, BA, SE, AL, DF, GO, MG, MS, SP, PR, SC, and RS. The green-highlighted states appear to be concentrated in the southern and southeastern regions of the country.

INSTITUCIONAL ▾ COMUNICAÇÃO ▾ FERRAMENTAS OSB ▾ COMPLIANCE ▾ CONTATO ▾ DOA AQUI

CLIQUE NOS ESTADOS PARA VER OS OBSERVATÓRIOS

Abrangência:

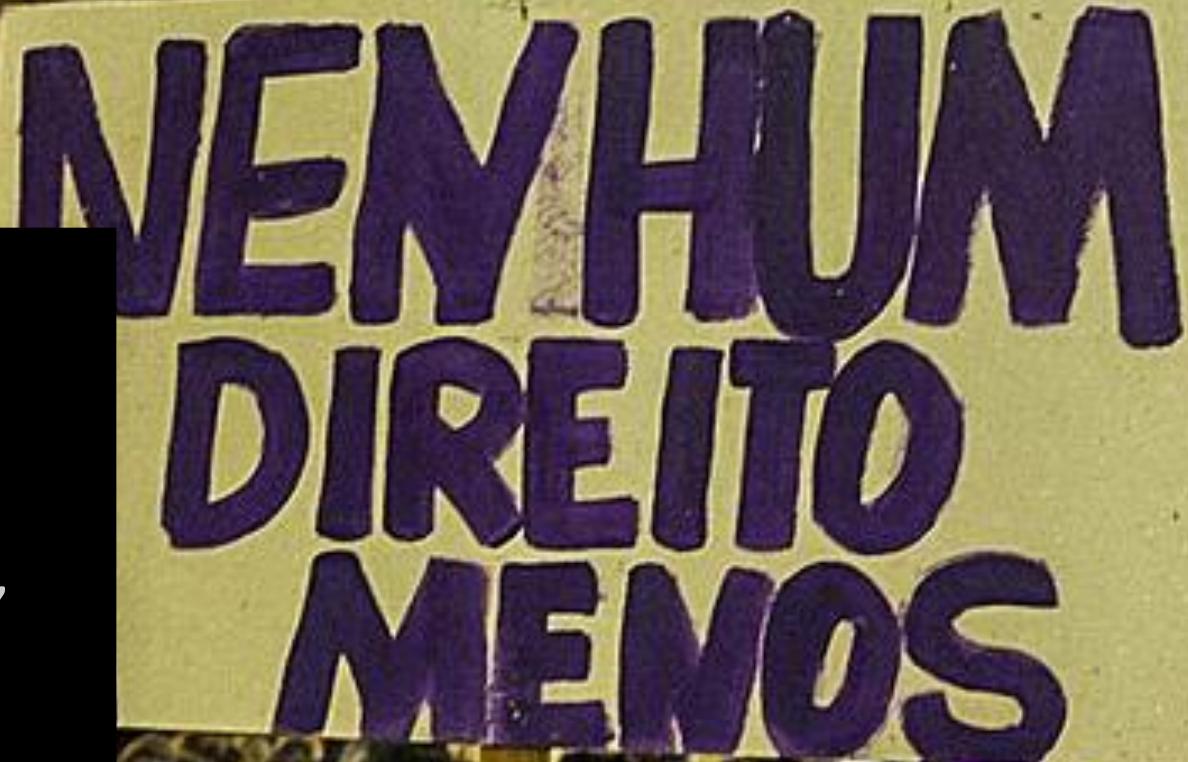
11 ESTADOS
85 UNIDADES
+100 CIDADES

Clique no estado desejado. Os Observatórios locais aparecerão aqui.

LIMPAR

ORÇAMENTO

- 1. Planeja as receitas e despesas do Estado em cada esfera (União, Estados, DF e Municípios);
- 2. É instrumento essencial para a gestão pública e para garantir direitos sociais;
- 3. Define PARA ONDE IRÃO OS TRIBUTOS, quais as PRIORIDADES.



NENHUM
DIREITO
MENOS

Tributos & Orçamento Público. Definição das prioridades na aplicação



**PPA (PLANO PLURIANUAL):
PLANEJAMENTO DE MÉDIO PRAZO
(4 ANOS), DEFINE OBJETIVOS E
METAS.**

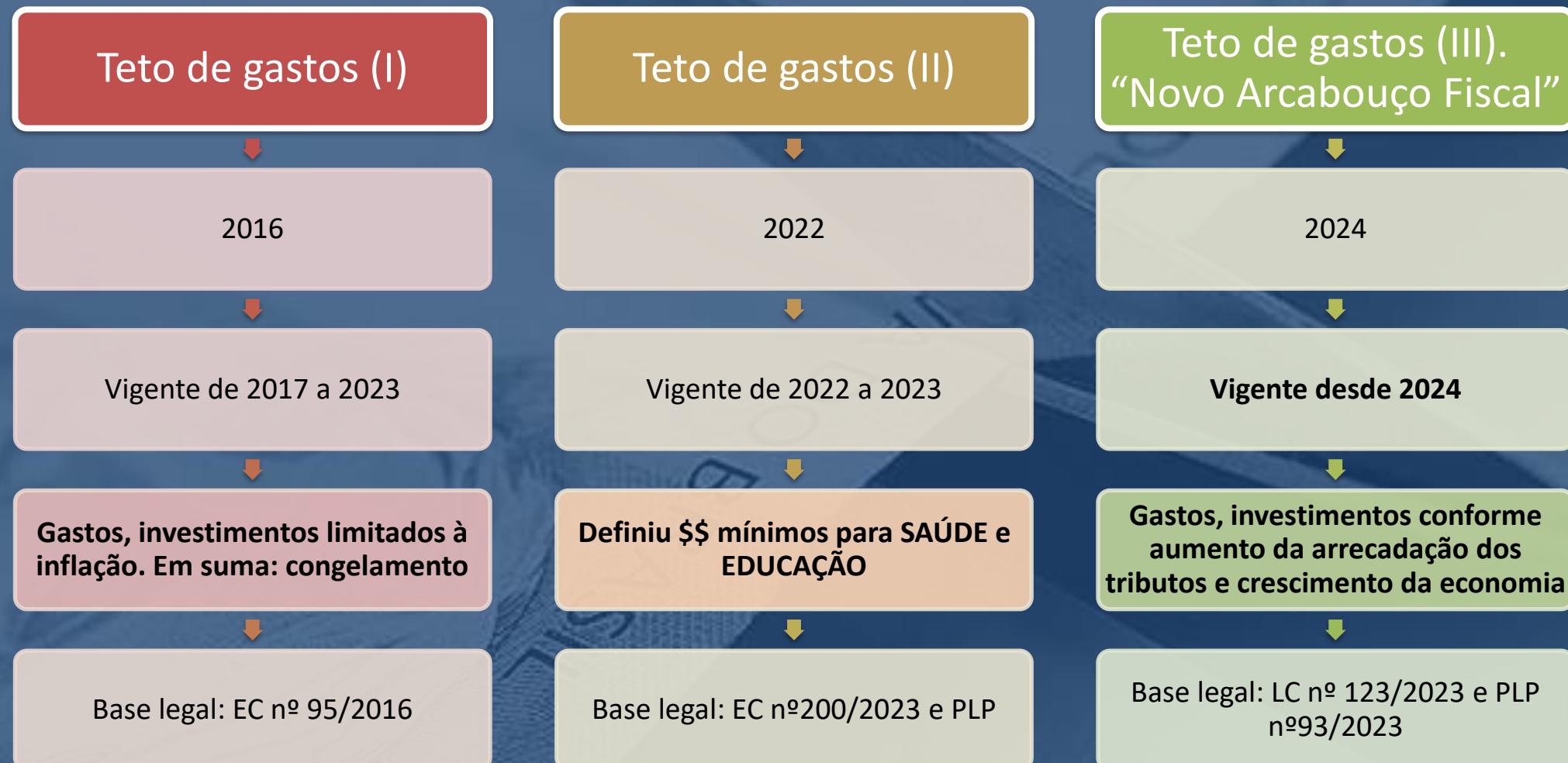


**LDO (LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS): ORIENTA A
ELABORAÇÃO DA LOA, DEFINE
PRIORIDADES E METAS FISCAIS.**



**LOA (LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL):
DETALHA RECEITAS E DESPESAS
PARA O ANO SEGUINTE.**

Tributos & Orçamento – O “teto de gastos”



Orçamento Público. Vídeos didáticos

≡ Menu

SENADO FEDERAL

Acessibilidade | Fale com o Senado

Orçamento fácil

1º Prêmio de Olho na Educação

Página Inicial



<https://www12.senado.leg.br/orcamentofacil>

A maneira mais divertida de entender o orçamento público

O Orçamento Fácil é uma série de animações, criada pelo Senado, para explicar a importância do orçamento público e como ele é elaborado no Brasil. Você vai descobrir que o país é como uma grande família. Tem de ter orçamento para bancar as despesas com saúde, educação, segurança, lazer e por aí vai. Acesse os vídeos e fique por dentro. É fácil e divertido.

agência senado

DOWNLOAD | CONTATO | EXPEDIENTE

1. A IMPORTÂNCIA DO ORÇAMENTO

Planejar e realizar

Você sabe o que o orçamento público tem a ver com o funcionamento de uma cidade? Ele define as prioridades na aplicação dos recursos que o governo arrecada para garantir o bem estar da sociedade.



Orçamento participativo (OP)

População é ouvida, opina e faz pressão

Ocorre em todos os entes federativos

Na União o OP está na "Secretaria Nacional de Participação Social" da Secretaria-Geral da Presidência da República

Participação popular, presencial e por canais virtuais

Tributos & Orçamento Participativo

Orçamento e outras políticas públicas abertas às consultas públicas

Portal em:
<https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/ppa-participativo>

The screenshot shows the official website for the Plano Plurianual Participativo (PPA). The top navigation bar includes links to the Presidency of the Republic, Government Organs, Access to Information, Legislation, Accessibility, language selection (PT), and user authentication ('Entrar com gov.br'). A search bar is also present. The main header is 'Plano Plurianual Participativo'. Below it, there are five buttons: 'Plenárias Estaduais', 'Fórum Interconselhos', 'PPA Participativo - Saiba mais', 'Plataforma Brasil Participativo', and 'Plano Plurianual - PPA'. On the left, a graphic features a hand holding a booklet titled 'BRASIL PARTICIPATIVO' with the subtitle 'RELATÓRIO DA PLATAFORMA'. The text on the graphic reads 'A VOZ DO PESSOAL ESTÁ AQUI' and 'CONHEÇA O RELATÓRIO COM OS PRINCIPAIS DADOS DA PLATAFORMA BRASIL PARTICIPATIVO'. To the right, a large section titled 'Galeria de Fotos' is visible.

Tributos & Orçamento Participativo

Política de Cookies | Acesso à informação | Transparência | Teclas de atalho  

Prefeitura de
Manaus
O trabalho não para

Prefeitura de Manaus apresenta PPA e PLOA 2026 com prioridades definidas pela população em inédito orçamento participativo

Por Prefeitura de Manaus
29/09/2025 15h58

     Ouvir o texto

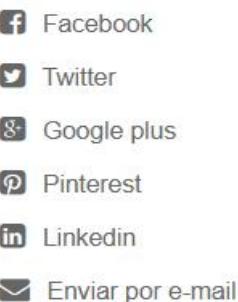


 PREFEITURA
ALAGOINHAS

Prefeitura de Alagoinhas promove curso de formação para conselheiros e delegados do Orçamento Participativo

Compartilhar 25 DE SETEMBRO DE 2025, 10:42





Desafios Atuais



Orçamento Público:
conciliar planejamento
com restrições fiscais.



Gasto Público: melhorar
eficiência e equidade.



Participação Cidadã:
fortalecer canais de
controle e engajamento.

A photograph of two women in an office environment. One woman, with dark hair pulled back, is in the foreground on the left, looking towards the right. The other woman, with short brown hair, is in the center-right, looking up and to the right while writing on a whiteboard with a blue marker. The background shows large windows overlooking a city skyline.

Bloco 8

EDUCAÇÃO E CIDADANIA FISCAL





Educação Fiscal

Processo pedagógico e formativo

Envolve **ensinar, conscientizar e informar** a população sobre:

Presente em programas educativos, campanhas de conscientização etc.

A função social dos tributos

A importância do controle dos recursos públicos

Os direitos e deveres do cidadão.

Cidadania Fiscal

É o resultado prático da educação fiscal

É o comportamento do cidadão, consciente, exercendo seus direitos e deveres fiscais:

- Exigir transparéncia
 - Pedir nota fiscal
 - Participar do controle social do orçamento
 - Compreender tributos como viabilizador do bem coletivo



Aprender



Praticar

Educação
e
Cidadania
Fiscal

Educação Fiscal é tema de muitos atores

União, Estados e
Municípios

- Educação
- Fazenda
- Tesouro
- Procuradoria

Órgãos de
controle

- Ministérios
Públicos
- Tribunais de
Contas

CONFACZ. Grupo de Trabalho 66 (GT66)



Institucional ▾ Notícias Publicações ▾ Acesso à Informa



GT66 encerra 2024 com reunião sobre educação fiscal e reforma tributária

Um dos grupos de trabalho do CONFACZ

Vinculado aos secretários estaduais de Fazenda

Gestão do Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF)

Promove formação em educação fiscal e ações de combate à sonegação

Articula eventos, reuniões e parcerias com diversas entidades afins (inclusive a RFB)

Projeções: Grupos de Educação Fiscal Estaduais (GEFE) e Grupos de Educação Fiscal Municipais (GEFM)



Cidadanía
Fiscal



Cidadanía
Fiscal RFB

Fundamento transversal

Presente em todos processos

Conscientização da função socioeconômica do tributo

Papel da RFB como viabilizadora de recursos ao Estado

Consciência de direitos e deveres tributários

Consciência de participação cidadã



NORMAS

<https://normasinternet2.receita.fazenda.gov.br/#/consulta/externa/125897/visao/multivigente>

PORTARIA RFB Nº 214, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

Publicado(a) no DOU de 06/09/2022, seção 1, página 31

Multivigente

Vigente

Original

Relacional

Define a Cidadania Fiscal na RFB

Disciplina as atividades relativas à Cidadania Fiscal desenvolvidas no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

[Histórico de alterações](#) ^

[Alterado(a) pelo(a) Portaria RFB nº 323, de 22 de maio de 2023]

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela [Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020](#), e tendo em vista o disposto no art. 2º da [Portaria RFB nº 164, de 7 de abril de 2022](#), resolve:

Art. 1º Esta Portaria disciplina as atividades relativas à Cidadania Fiscal no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

Art. 2º Considera-se Cidadania Fiscal o fundamento transversal que deve balizar, de forma direta e indireta, todos os processos de trabalho da RFB, que compreende todas as iniciativas que favoreçam e ampliem a conscientização dos contribuintes a respeito da função socioeconômica dos tributos e do papel do órgão como agente fundamental ao provimento de recursos que viabilizam o Estado brasileiro.

Parágrafo único. As atividades relativas à Cidadania Fiscal buscam promover a compreensão da sociedade quanto aos direitos e deveres relacionados à tributação e à importância da participação ativa do cidadão na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Educação Fiscal é NORMA

Educação Fiscal

Normas gerais e nacionais

Ensino Superior

Resolução CNE
CES 7/2028

Normas específicas

Educação Básica

BNCC

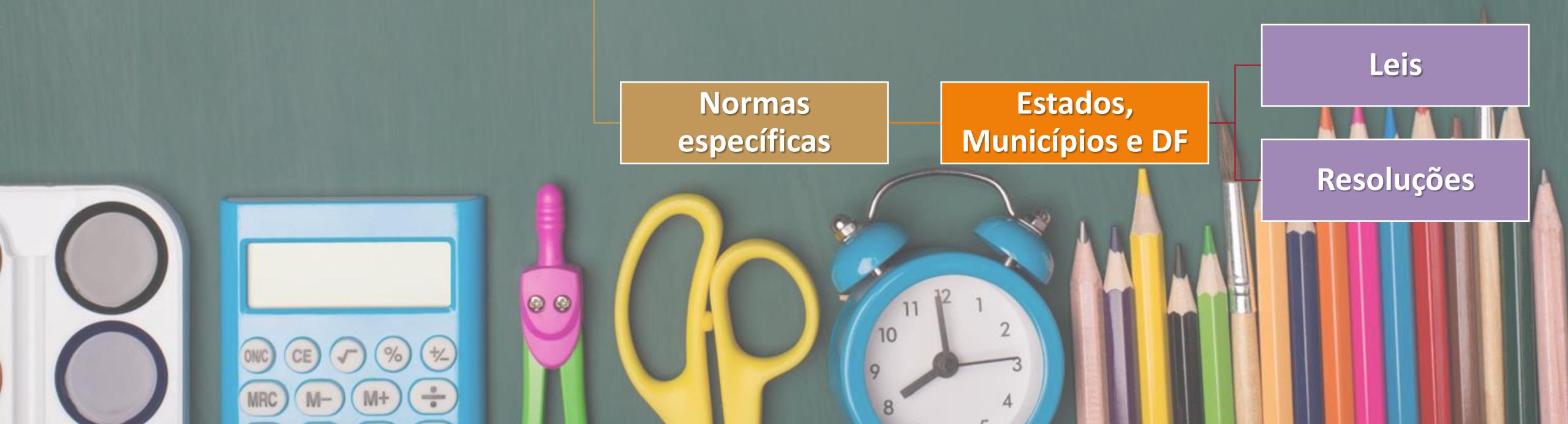
Resolução CNE
CEB 7/2010

Estados,
Municípios e DF

Resolução CNE
CEB 2/2024

Leis

Resoluções



1

RECEITA CIDADÃ Transformar e doar mercadorias apreendidas



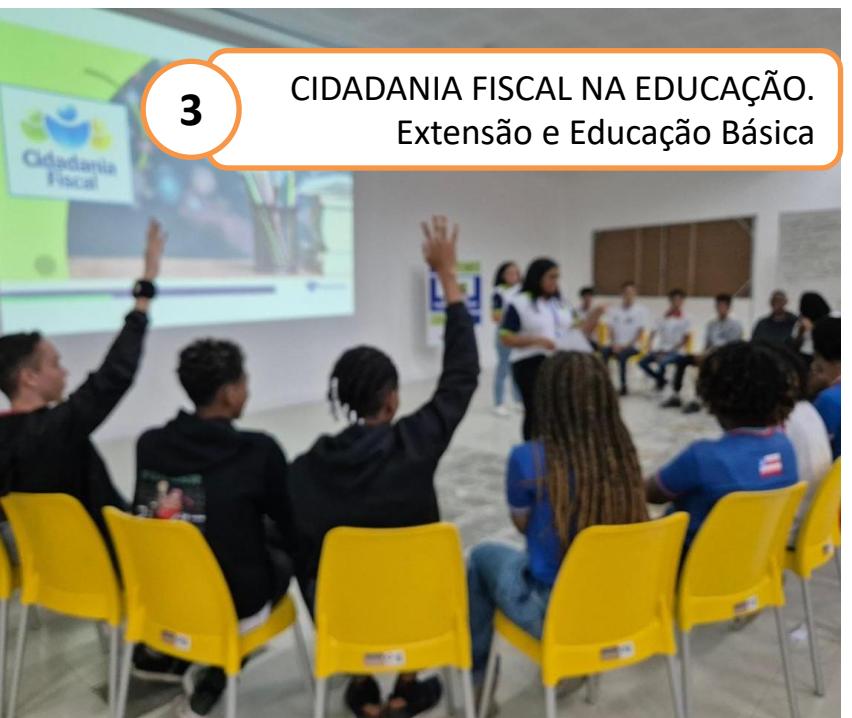
2

NAF. Assistência fiscal e contábil à população



3

CIDADANIA FISCAL NA EDUCAÇÃO.
Extensão e Educação Básica



4

**DOAÇÃO DO IRPF
PARA FUNDOS**

Como funciona?

Você pode destinar até **6%** do seu #IRPF2022 para fundos.

O valor deve ser dividido em:

3% → Fundo da Criança e do Adolescente
Fundos do Idoso

Os fundos podem ser municipais, estaduais ou federais. Você escolhe!

#ImpostoAmigo

EU SOU CIDADÃO SOLIDÁRIO.
Destinar IR



ATRICON Sistema CFC/CRCs

5

CONHEÇA NOSSA ADUANA. Visita guiada à Receita



Receita Federal

O que você procura?

Serviços recomendados para você: Serviços mais acessados do governo Serviços em destaque do governo

RECEITA DE CONSENSO

Receita Federal lança Perguntas e Respostas sobre o Receita de Consenso
Material esclarece dúvidas e orienta contribuintes sobre o procedimento de comunidade fiscal.

Mais Notícias

serviços Siscomex e-Editais

Meu CPF Meu Imposto de Renda Minhas Empresas e Negócios Aduna e Comércio Exterior Legislação e Jurisprudência Transação Tributária

Mais Assuntos

Serviços

EM DESTAQUE

Pessoa Física (CPF) Consultar CPF Consultar Meu Imposto de Renda Consultar dívidas e pendências fiscais

Cedulas e Outros Serviços Preencher a Restituição Emitir DARF

Carta de Serviço

Acesso à Informação

AÇÕES, PROGRAMAS E PROJETOS EM DESTAQUE

Cidadania Fiscal CNPJ Alfanumérico Reforma Tributária do Consumo OEA

Conheça outras ações, atividades, obras, programas e projetos da Receita Federal

Transparência Ativa da Receita Federal

Institucional Ações e Programas Participação Social Auditorias Convênios e Transferências

Receitas e Despesas Licitações e Contratos Servidores Dados Abertos Sanções Administrativas

Cidadania Fiscal no site RFB...

Receita Federal

O que você procura?

Acessos à Informação Ações e Programas Cidadania Fiscal

Programa Cidadania Fiscal

Se você deseja participar ativamente da construção de uma sociedade mais justa e solidária, está no lugar certo! Contribuir para o bem-estar econômico e social do país faz parte de nossas missões.

A Cidadania Fiscal está presente em todas as ações da Receita Federal, atuando como um importante instrumento de aproximação entre o Estado e a sociedade e promovendo:

- o comprometido quanto aos direitos e deveres relacionados à tributação;
- o perfeccionamento contínuo no cumprimento de uma sociedade mais justa e solidária;
- a conscientização dos contribuintes e respeito ao função socioeconómica das tributações;
- o desempenho do papel da Receita como agente fundamental no provimento de recursos que investem na construção do Estado brasileiro.

Nossas Iniciativas

Veja como a Receita Federal promove a integração entre o poder público e a sociedade

FundaONAF Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal (NAF)	DESTINACAO Campanha de Destinação do Imposto de Renda	Conheça Nossa Aduana	Receita Cidadã: Uma Receita de Transformação Social
Extensão Universitária	Cidadania Fiscal no Curriculo Escolar	Conselho Técnico, Conselho Litorâneo	Conselho de Gestão, Conselho de Gestão da Cidadania Fiscal



Bloco 9

APLICAÇÃO DOS TRIBUTOS NA EDUCAÇÃO



Matrículas na educação básica. Percentuais em escolas PÚBLICAS:

73%. Educação infantil

80%. Anos iniciais do fundamental

83%. Anos finais do fundamental

87%. Ensino médio

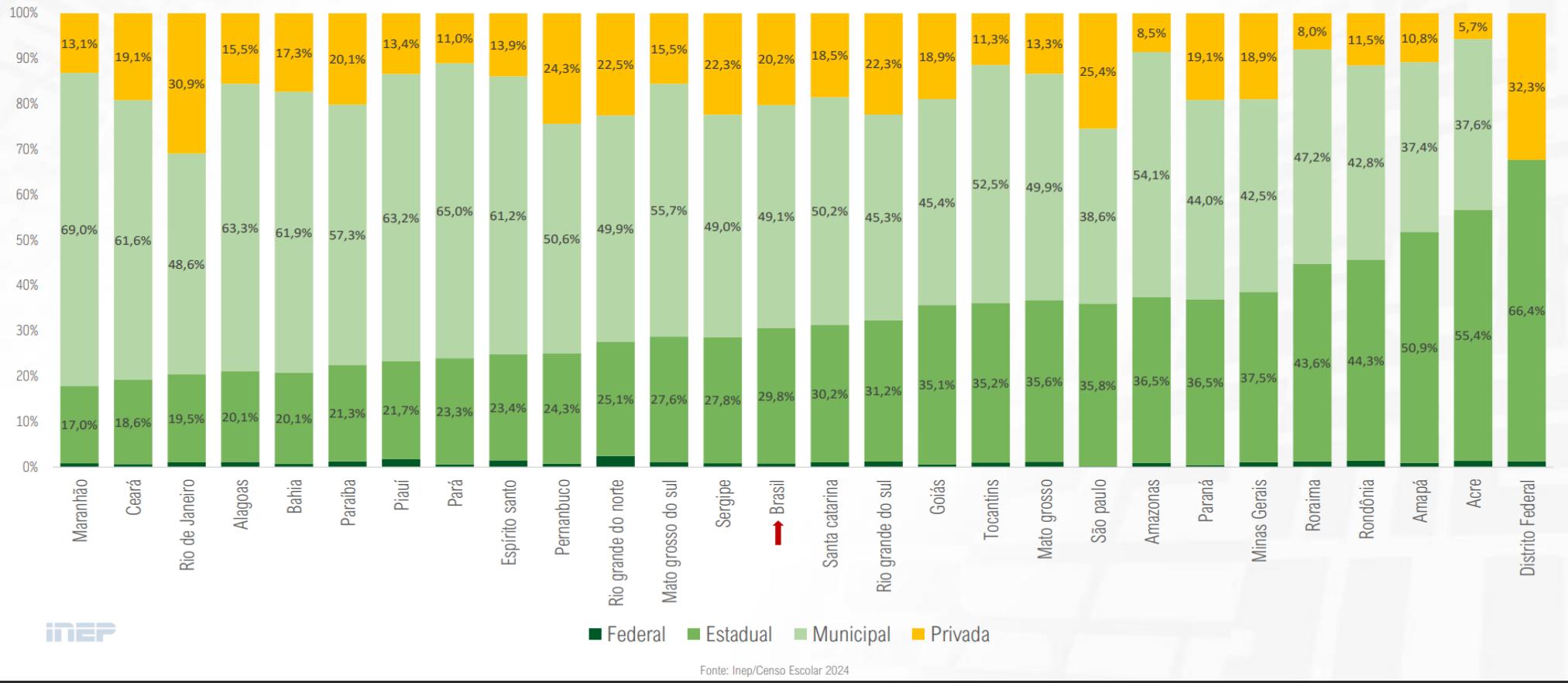
95%. EJA do fundamental

88%. EJA do ensino médio

Educação Básica – Distribuição das matrículas por rede de ensino



Gráfico 11. Matrícula na educação básica por dependência administrativa, segundo as unidades da federação - Brasil 2024



Fonte:
dados INEP
2024. Censo
escolar
2025.
https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2024/.

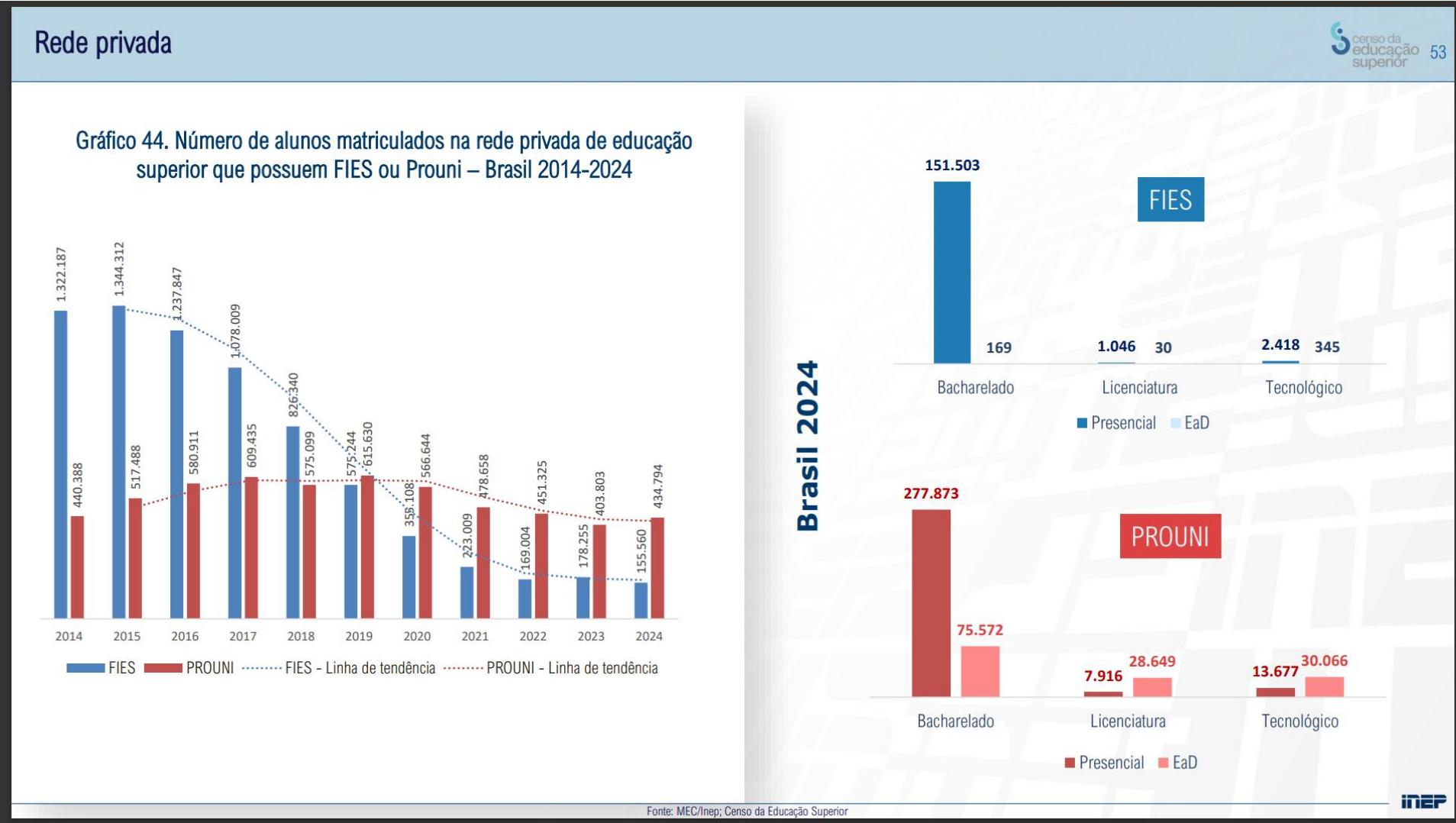
Matrículas na educação superior. Financiamento PROUNI e FIES

317. IES Pública

2.244. IES Superior

5 milhões vagas
presenciais: 27% IES
Privada e 83% IES Pública

18 milhões vagas e@d:
73% IES Privada e 17% IES
Pública



Tributos na Educação.

Fontes principais de financiamento..



Esfera de Governo	Nível de Ensino Principal	Percentual Mínimo Vinculado	Tributos Principais	Mecanismo de Financiamento
União	Educação Superior (Universidades e IFs)	18% dos impostos federais	IR, IPI, contribuições sociais, II, IE	Orçamento Federal + Fundo Social do Pré-Sal
Estados e DF	Ensino Médio + parte do Ensino Fundamental	25% dos impostos estaduais	ICMS, IPVA, ITCMD	FUNDEB + transferências da União
Municípios	Educação Infantil + Ensino Fundamental	25% dos impostos municipais	IPTU, ISS, ITBI	FUNDEB (principal fonte) + receitas locais

Tributos na Educação. Controle social...



Fonte:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzAxOWEwZDMtODBmYS00YmUzLWI1M2QtNjRkYzk3OWE5YzBkliwidCI6ImI4YzI1OTMyLTVINzYtNGIyYi05YzUzLWQ0MTc0NWU5YzkyZCj9&pageName=ReportSection8f1fb0790248b0dd3903>

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

O que você procura?



> Acesso à Informação > Ações e Programas > Financiamento > Fundeb



FUNDEB

O que é?

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é um Fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um total de vinte e sete Fundos), composto por recursos provenientes de impostos e das transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios vinculados à educação, conforme disposto nos arts. 212 e 212-A da Constituição Federal.

Os **tributos** financiam a educação pública e sustentam o FUNDEB.

O **FUNDEB redistribui recursos** entre União, Estados e Municípios.

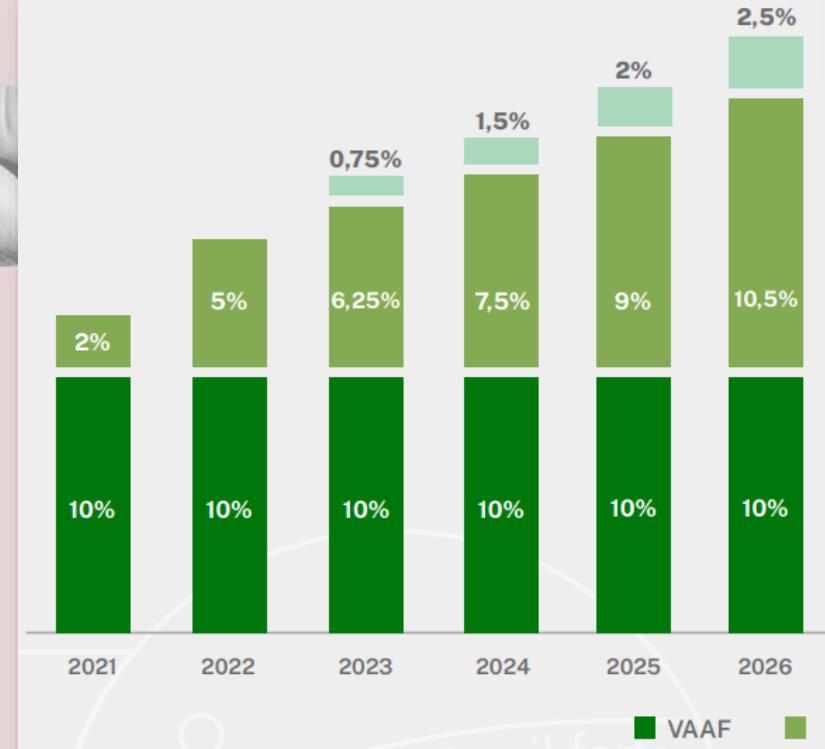
Garante **equidade**: todas crianças e jovens tenham acesso ao mínimo de investimento por aluno/ano.

Principal ferramenta para **reduzir desigualdades regionais** e promover uma **educação básica mais justa e de qualidade**.

Divisão federativa dos tributos...

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)

- Fundo constitucional. Define o **% de investimento dos tributos na EDUCAÇÃO BÁSICA**. **Composição:**
 - 20% de tributos: União, estados, DF e Municípios
 - Além desses 20%, soma:
 - + 23% complemento da União pela soma dessa arrecadação, conforme metas na EDUCAÇÃO BÁSICA (VAAF, VAAT, VAAR)
 - + 10% ICMS do Estados para Municípios, conforme metas (ICMS Educação)



Composição do Fundeb



Complementação VAAF(10%)

Distribuição de recursos federais por Estado, beneficiando a rede estadual e todos os Municípios.

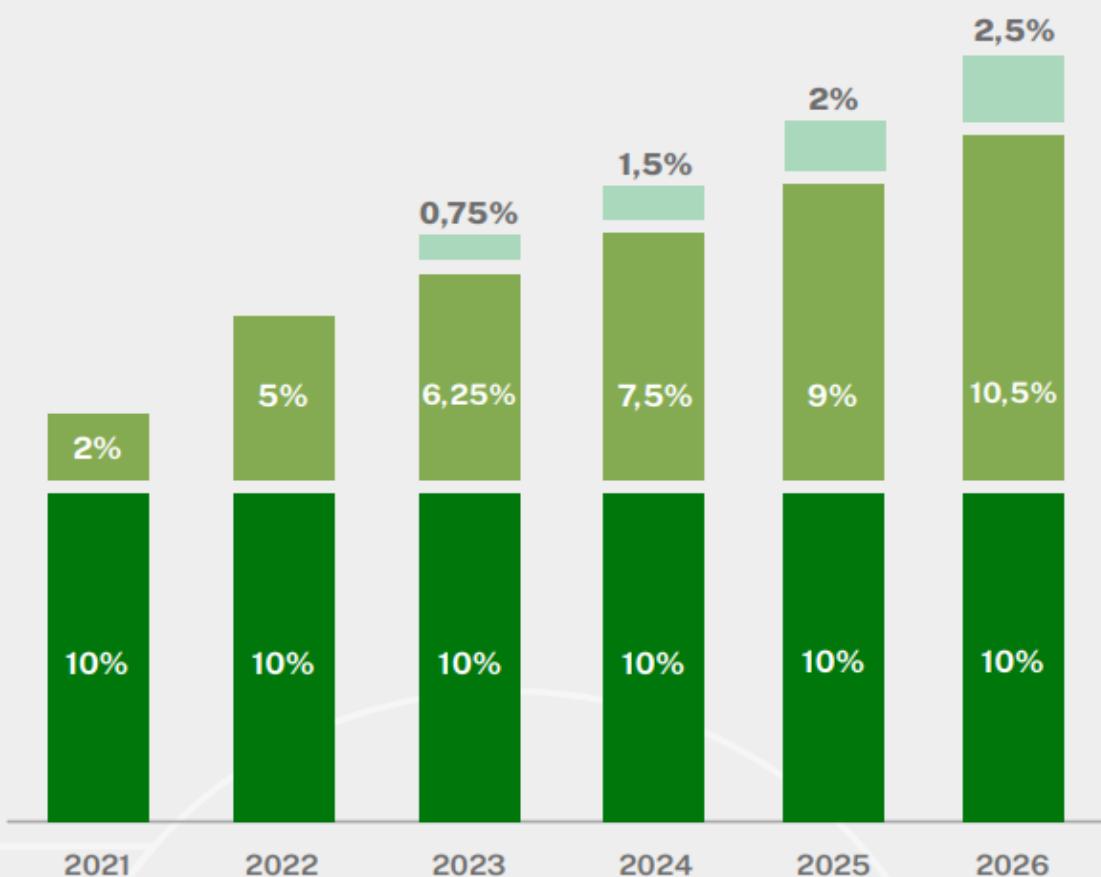
Complementação VAAT (mínimo de 10,5% até 2026)

Maior efeito redistributivo; Distribuição de recursos por rede de ensino, independente do Estado de origem.

Complementação VAAR a partir de 2023 (2,5% até 2026)

Distribuição de recursos federais por redes de ensino, com base em indicadores de melhoria da aprendizagem.

Divisão federativa dos tributos. FUNDEB Complemento da União...



+23%

Complementação VAAF(10%)

Distribuição de recursos federais por Estado, beneficiando a rede estadual e todos os Municípios.

Complementação VAAT (mínimo de 10,5% até 2026)

Maior efeito redistributivo; Distribuição de recursos por rede de ensino, independente do Estado de origem.

Complementação VAAR a partir de 2023 (2,5% até 2026)

Distribuição de recursos federais por redes de ensino, com base em indicadores de melhoria da aprendizagem.

10,0% VAAF

- Garante o mínimo nacional por aluno.

VAAF VAAT VAAR

10,5% VAAT

- Garante mais equidade

2,5% VAAR

- Depende de resultados e gestão de qualidade

Educação Fiscal e o VAAR (Valor Anual por Aluno Resultado)

O VAAR depende de indicadores de qualidade e gestão, como:

- Redução de desigualdades educacionais.
- Melhoria nos resultados de aprendizagem (SAEB/IDEB).
- Transparência e controle social.

A Educação Fiscal contribui diretamente porque:

- Promove conhecimento e mais **transparência no uso dos recursos públicos** (conselhos do FUNDEB mais ativos, controle social fortalecido).
- Estimula a **participação social e cidadania**: maior acompanhamento da qualidade da educação.
- Permite abordagem transversal vinculada ao cotidiano dos estudantes, ajudando a elevar **indicadores de aprendizagem em cidadania, matemática e leitura** (o que reflete em provas nacionais como o SAEB).

Resultado

- Municípios com **boa gestão fiscal**
- **Controle social ativo** têm mais chance de **receber complementação VAAR**.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Autarquia federal vinculada ao MEC

Executa políticas educacionais federais, financiando programas e ações na educação básica e superior.

Orienta e monitora o FUNDEB

É o braço executivo do MEC: transforma políticas educacionais em ações concretas no território nacional.



FNDE. Tributos em programas gerenciados

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

O que você procura?  

Ações

Compras Governamentais | Cadernos do FNDE | FNDE Sustentável | Prestação de Contas | FNDE Dialoga
Balcão FNDE | Escola em Tempo Integral | FNDE Chegando Junto | Mais Escolas para o Brasil | Educação Corporativa

Programas

Bolsas e Auxílios | Brasil Carinhoso | Caminho da Escola | Formação pela Escola | PAR
PBLE | PDDE | PNAE | PNATE | PNLD
Proinfância | Proinfo | Programas Suplementares



PNAE. Programa Nacional de Alimentação Escolar: merenda escolar



PNLD. Programa Nacional do Livro Didático: livros e materiais pedagógicos



PDDE. Programa Dinheiro Direto na Escola: manutenção das escolas



Programa Caminho da Escola: transporte escolar na área rural

CAQ. Tributos priorizados e gerenciados na educação

Constituição

- A União, os Estados, o DF e os Municípios **ORGANIZARÃO** em **REGIME DE COLABORAÇÃO** seus sistemas de ensino.
- A União exerce a função redistributiva e supletiva, garantindo igualdade de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino por meio de assistência técnica e financeira
- O padrão mínimo de qualidade **terá como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ)** definido em regime de colaboração na forma disposta em **lei complementar (SUS DA EDUCAÇÃO)**

PNE 2014 a 2025. Lei 13005/2014

- **Meta 20: ampliar o investimento público em educação pública por meio da criação do SUS da Educação.**

Lei Complementar nº 220/2025. SUS da Educação

- Estabelece regime de colaboração entre os entes federativos;
- Atende ao disposto na Constituição;
- No final do PNE 2014/2025, atende à meta 20.



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos

[LEI COMPLEMENTAR N° 220, DE 31 DE OUTUBRO DE 2025](#)

Mensagem de veto

Institui o Sistema Nacional de Educação (SNE) e fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para elaboração e implementação de políticas, de programas e de ações educacionais, em regime de colaboração.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei Complementar institui o Sistema Nacional de Educação (SNE) e fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para elaboração e implementação de políticas, de programas e de ações educacionais, em regime de colaboração, nos termos do inciso V do caput e do parágrafo único do art. 23, do parágrafo único do art. 193 e dos arts. 211 e 214, todos da Constituição Federal.



Bloco 10

Artigos científicos. Investir em conscientização tributária traz resultados?

Artigo 01. A EFETIVIDADE DOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO FISCAL E DA NOTA FISCAL PAULISTA NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA E NO CRESCIMENTO DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA.

- Pesquisa de dados da **Nota Fiscal Paulista (2009 a 2016)**, que premia e dá créditos financeiros, não levou a aumento da arrecadação do ICMS. SC, com programa de educação fiscal sem prêmios e com ações de conscientização fiscal, teve aumento % maior que SP na arrecadação do ICMS, nesses anos.

Artigo 02. CUMPRIMENTO FISCAL: FATORES QUE INFLUENCIAM A SOLICITAÇÃO DE NOTA FISCAL PELOS CONTRIBUINTES EM PORTUGAL.

- Baixa efetividade de loterias fiscais (transformar nota fiscal em cupom lotérico), salvo se prêmios altos (o custo da sistemática anula o ganho fiscal)
- Confiança nas devolutivas sociais e moralidade fiscal (**sentir que coopera com o bem coletivo**) somam ao **comportamento de pedir ou não nota fiscal**
- **Fatores coercitivos alienam os contribuintes** e não ajudam na moral tributária
- **Destinações de tributos com poder de escolha do contribuinte, desperta interesse cívico e moral** em contribuir para causas

Artigo 03. RECOMPENSAS POSITIVAS COMO MECANISMO DE INCENTIVO AO COMPLIANCE TRIBUTÁRIO.

- A disposição para pagar os tributos tem **motivações psicológicas por reconhecimento social**
- Uma minoria **se arrisca em sofrer multas e auditorias, calculado o risco de não serem vistas como não cumpridoras ou desonestos.**
- Recompensas que apenas dão pontos, descontos ou afins, motivam pouco pois são tidas como obrigação do Estado ao adimplênciा do contribuinte
- Recompensa com **visibilidade social positiva – contribuinte comprometido com o social - são vistas como premiação a ser ostentada**
- **Sentir contribuir para o bem coletivos parece afastar a vergonha de pedir a nota fiscal, a vergonha ou má vontade de informar o CPF nas compras etc.**

Investir em conscientização tributária traz resultados?

NUDGE (Cutucar): ramo da economia comportamental. Técnicas de persuasão baseada na influência no processo decisório dos indivíduos

Influenciar o comportamento dos contribuintes sem punições como multas e outras penalidades que geram sentimento de injustiça

Exemplos

- **Mensagens personalizadas** para o contribuinte, destacando histórico de conformidade, estimulando-o a assim se manter
- **Apresentar opções** de pagamento, como o parcelamento, facilitando o cumprimento fiscal e dando aos contribuintes a sensação de controle financeiro
- **Uso de etiquetas:**
 - Rótulos como “contribuição para o bem-estar social”, em vez de “imposto,”
 - Informar que obra ou iniciativa está sendo financiada pelo tributo “X”
- **Reconhecer e recompensar os contribuintes que pagam seus impostos em dia** estimula a conformidade àqueles que buscam reconhecimento.

Blog da 1Doc Categorias Histórias de Sucesso Materiais Gratuitos

Home » Entenda o que são nudges fiscais e como funciona essa abordagem

Entenda o que são nudges fiscais e como funciona essa abordagem

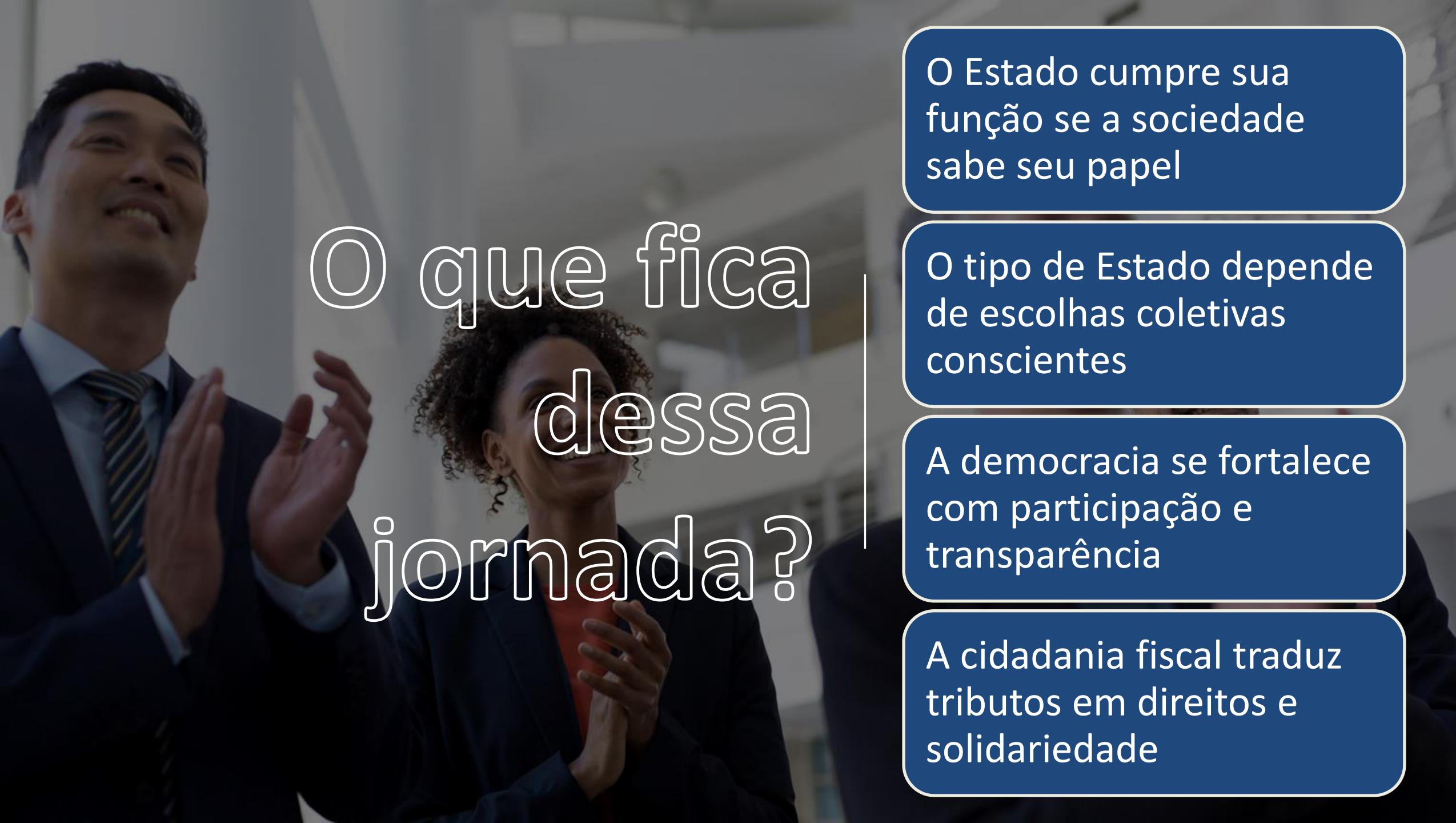
Por Romulo Teixeira • 29 Novembro 2023 • 6 Min De Leitura



AMAZONAS : SEFAZ Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas Página Inicial > Notícias Buscar serviços

Economia comportamental na tributação: impactos positivos na arrecadação

10 de setembro de 2024 Reportar Erro



O que fica dessa jornada?

O Estado cumpre sua função se a sociedade sabe seu papel

O tipo de Estado depende de escolhas coletivas conscientes

A democracia se fortalece com participação e transparência

A cidadania fiscal traduz tributos em direitos e solidariedade

Carga tributária e o Índice de Felicidade da ONU

O relatório anual

- Publicado próximo ao dia 20 de março, Dia Internacional da Felicidade, pela Universidade de Oxford, ONU e outros atores

Ranking 2024, publicado em 2025

- Reúne 140 países
- 1º lugar a Finlândia
- 29º lugar o Uruguai e 1º na América Latina
- 36º lugar o Brasil e 2º na América Latina

Nasce da Resolução 65/30

- Com o documento “Felicidade: rumo a uma abordagem holística para o desenvolvimento”, Butão, ONU/2011
- Convida os governos a “dar mais importância à felicidade e ao bem-estar ao determinar como alcançar e mensurar o desenvolvimento social e econômico”.

Pesquisa com base em uma única pergunta:

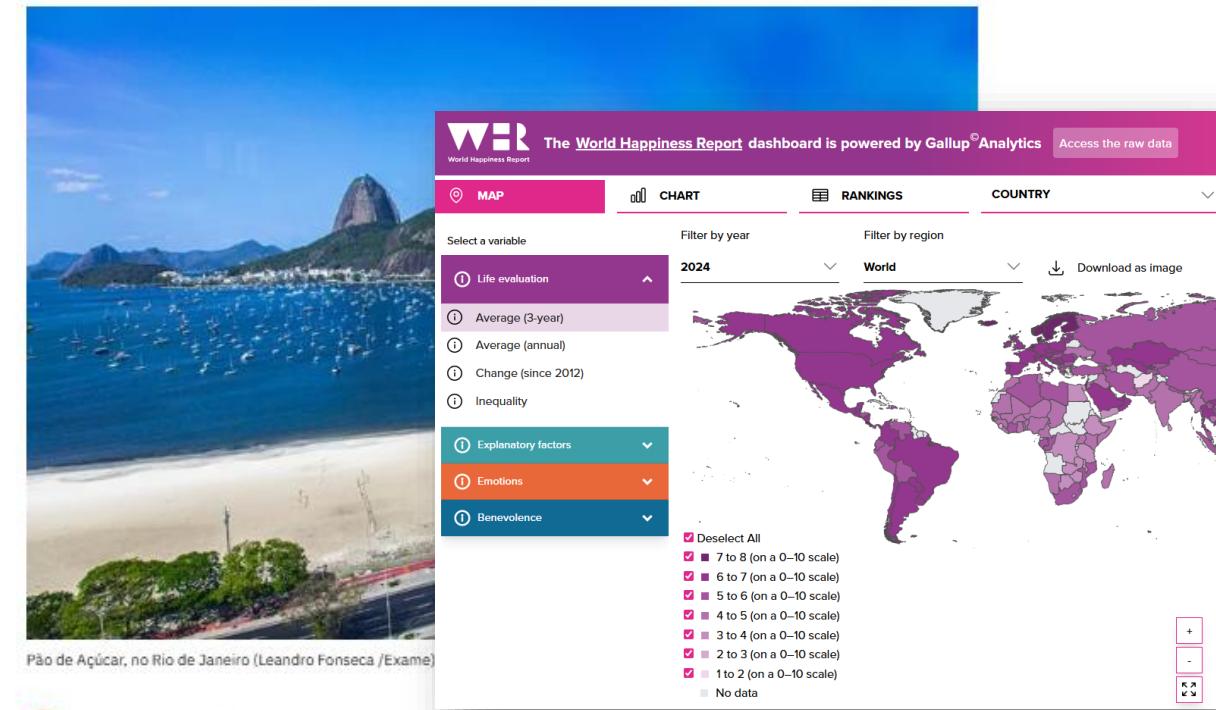
- *Imagine uma escada com degraus numerados de 0 na base até 10 no topo. O topo da escada representa a melhor vida possível para você e a base representa a pior vida possível. Em qual degrau da escada você diria que se encontra neste momento?*

Países nos primeiros lugares

- Têm maiores cargas tributárias com mais serviços públicos e menor regressividade fiscal (quem ganha mais paga mais)

Brasil sobe e EUA cai em ranking de felicidade global – saiba o que mudou

Finlândia segue na liderança do ranking de países mais felizes do mundo



<https://data.worldhappiness.report/map>

A Finlândia é o **país mais feliz do mundo** pelo oitavo ano consecutivo, segundo o relatório anual sobre a felicidade elaborado com apoio da ONU e publicado nesta quinta-feira (20), chamado **World Happiness Report**.



Somos tod@s parte dessa Receita!

"Uma sociedade evoluída tem um olhar generoso sobre o outro." Autor desconhecido